



Departamento de Sociologia

Os Imigrantes Brasileiros em Portugal e a Educação ao Longo da Vida

Vagner Gonçalves da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação e Sociedade

Orientadora:

Doutora Teresa de Jesus Seabra de Almeida, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, a quem recorro em todas as situações da minha vida.

Aos meus pais, que nem a distância nos separa.

À memória do meu saudoso amigo Rui Pedro Alves, que torceu e contribuiu para meu sucesso desde o início da nossa rica amizade, acompanhando meus passos sempre com palavras de motivação e gestos concretos de amparo.

À Professora Doutora Teresa Seabra, minha orientadora, pela paciência, palavras de incentivo e de reflexividade que foram determinantes para a realização deste trabalho de investigação.

À todos os colegas e professores desta caminhada e amigos que sempre estiveram disponíveis nos momentos de alegria, tristeza, ansiedade e dúvidas em especial ao Paulo Eleutério e Elisa Alves.

À Patrícia Brederode pela disponibilidade, certamente seria muito mais árduo a concretização dos inquéritos sem a sua preciosa ajuda.

Aos colegas de trabalho, expresso minha profunda gratidão, pela compreensão demonstrada em todas as vezes que precisei.

E por fim,

Aos Amigos Telma Caixeirinho, Ana Calado e Wagner Melo que acompanharam toda a minha vontade de realizar este trabalho.

RESUMO

Este trabalho de investigação intitulado *Os Imigrantes Brasileiros em Portugal e a Educação ao Longo da Vida* pretende compreender os diferentes tipos de relação que esta população estabelece com a *Educação e Formação* em Portugal e as variáveis que interferem nessa relação.

Para o efeito, foi aplicado um inquérito por questionário aos adultos imigrantes brasileiros que procuraram o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) da Casa do Brasil em Lisboa entre Novembro/2012 e Agosto/2013.

Como principais conclusões destacam-se as seguintes: a) verificou-se que existe uma relação positiva (sobretudo a nível das representações) dos inquiridos com a Educação ao Longo da Vida; b) as intenções e as práticas se diferenciam quando relacionadas com o grau de qualificação dos inquiridos; c) ausência de práticas de formação nas organizações onde desempenham suas funções; d) as línguas são o tipo de formação de maior interesse da comunidade inquirida.

Palavra chave: Educação ao Longo da Vida, formação, adulto, imigrantes brasileiros, integração.

ABSTRACT

This research work titled "Brazilian Immigrants and Lifelong Education" aims to understand the different types of relationship that this population establishes with the Education and Training in Portugal and the variables that interfere in this relationship.

For this purpose, a questionnaire was applied to the adult Brazilian immigrants that, within a given period of time, sought the Professional Insertion Office (GIP) of Brazilian House in Lisbon between Novembro/2012 and Agosto/2013.

As main conclusions highlights include the following: a) it was found that there is a positive relationship (especially at the level of representations) of respondents with Lifelong Education; b) the intentions and practices differ when related to the degree of qualification of respondents; c) lack of training practices in organizations where they perform their functions; d) languages are the type of training of interest in the reporting community.

Keyword: *Lifelong Education , training, adult, brazilian Immigrant, integration*

ÍNDICE

| | |
|--|--------|
| INTRODUÇÃO | - 1 - |
| I. ENQUADRAMENTOS DA PESQUISA | - 3 - |
| 1.1 A Educação de Adultos: concepções e processos | - 3 - |
| 1.2 Migrações e Políticas de Integração na Sociedade de Acolhimento: O caso português | - 13 - |
| II. METODOLOGIA..... | - 20 - |
| 2.1 Objetivos e Modelo de Análise..... | - 23 - |
| 2.2 Abordagem e Técnicas de Investigação..... | - 24 - |
| III. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | - 27 - |
| 3.1 Caracterização do Imigrante..... | - 27 - |
| 3.2 A Formação ao Longo da Vida: práticas e representações | - 37 - |
| CONCLUSÃO | - 48 - |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | - 53 - |
| ANEXOS | I |
| Anexo A Quadro socioprofissional individual de classes | I |
| Anexo B Guião de entrevista exploratória a Coordenadora do Gabinete Inserção Profissional (GIP) Casa do Brasil | II |
| Anexo C Inquérito por questionário aplicado aos imigrantes brasileiros | III |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|--------|
| Quadro 1. 1 Dados estatísticos da imigração em Portugal..... | - 19 - |
| Quadro 3. 1 Sexo, estado civil, agregado doméstico e descendência..... | - 27 - |
| Quadro 3. 2 Inserção geográfica (origem e actual) | - 28 - |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|--------|
| Figura 2. 1 Modelo de análise | - 24 - |
| Figura 3.1 Razões da não aquisição do Estatuto de Igualdade de Direitos..... | - 31 - |
| Figura 3. 2 Razão de vinda para Portugal..... | - 30 - |
| Figura 3. 3 Tempo de estadia em Portugal..... | - 31 - |
| Figura 3. 4 Razões de retorno | - 32 - |
| Figura 3. 5 Razões de permanência em Portugal | - 32 - |
| Figura 3. 6 Grau académico | - 33 - |
| Figura 3. 7 Panorama profissional..... | - 35 - |
| Figura 3. 8 Participação em Formação..... | - 37 - |
| Figura 3. 9 Formações frequentadas..... | - 38 - |
| Figura 3. 10 A importância da formação frequentada..... | - 38 - |
| Figura 3. 11 Classificação da utilidade e do uso das competências adquiridas nas formações..... | - 39 - |
| Figura 3. 12 Razões que levaram os adultos imigrantes a não concluírem as formações..... | - 39 - |
| Figura 3. 13 Razões que impedem o adulto imigrante de participar em formações | - 40 - |
| Figura 3. 14 Razões de não haver formações nas organizações | - 41 - |
| Figura 3. 15 Tipo de formação promovida pela organização..... | - 41 - |
| Figura 3. 16 Utilidade das formações nas organizações..... | - 42 - |
| Figura 3. 17 Razões de não utilidade das formações nas organizações..... | - 42 - |
| Figura 3. 18 Para manter ou encontrar outro trabalho é preciso mais formação..... | - 43 - |
| Figura 3. 19 Formação de interesse..... | - 45 - |
| Figura 3. 20 Razão de interesse na(s) formação(ões) | - 46 - |
| Figura 3. 21 Vantagens que as formações trazem..... | - 47 - |

INTRODUÇÃO

O contexto atual das sociedades é de diversidade e cada indivíduo tem o seu papel a desempenhar na vida económica, social e cívica, independentemente do país onde viva, e neste sentido a *Educação* e a *Aprendizagem ao Longo da Vida* tem sido cada vez mais valorizada, com “uma clara expansão do número de adultos envolvidos em processo de formação” (Rothes,2002:15).

As motivações que levam o investigador a desenvolver esta pesquisa estão diretamente ligada às experiências académica e profissional, vivenciadas em Portugal. As conversas informais sobre a *Educação* e a *Formação* com diversos imigrantes brasileiros, nos mais diversos contextos, também contribuíram para o desenvolvimento deste estudo empírico. Sendo a comunidade brasileira a mais representativa em Portugal com relevância em todas as esferas da sociedade: política, económica, social e cultural entre outras. Decorre daí a pertinência de um estudo que aborde aspetos desta mesma comunidade bem como tentar construir uma imagem representativa do cidadão brasileiro em Portugal.

A investigação tem como objectivo principal adquirir conhecimentos sobre a participação do *Imigrante Brasileiro na Educação e Formação em Portugal*. Delimitou-se o estudo na busca de responder a seguinte pergunta de partida: Que tipos de relação com a Formação e Educação ao Longo da Vida têm os Adultos Imigrantes Brasileiros residentes em Portugal? Subjacente a esta questão, procurou-se também perceber o que condiciona esta mesma relação. Optou-se por estudar a *Educação e Formação ao Longo da Vida*, no âmbito da Imigração Brasileira numa perspectiva de *Educação Formal e Não Formal*.

Vale ressaltar que existem algumas literaturas sobre a imigração brasileira em Portugal, centrado sobretudo no estudo geral desta comunidade, assim como sua caracterização, porém no que diz respeito ao assunto aqui abordado no ponto de vista científico é um tema ainda pouco explorado, ou seja, a falta de conhecimento da situação social destes indivíduos estimula a análise e compreensão da importância da aprendizagem ao longo da sua trajetória.

Neste sentido este trabalho de investigação trás uma primeira abordagem mais formal, tornando-se num contributo interessante e relevante para a compreensão da

relação entre a imigração e a aprendizagem ao longo da vida. Deixando aqui diversas pistas de investigações futuras, designadamente à formação no contexto das organizações no mercado laboral e que certamente suscitam novas leituras relativamente à aprendizagem ao longo da vida.

De maneira resumida, o presente trabalho está organizado em três capítulos: no primeiro, fazem-se os enquadramentos da pesquisa, associados ao tema e aos objectivos do estudo, evidenciando a distinção/sobreposição entre os termos *Educação* e *Formação* de adultos. Discute-se, ainda os conceitos sobre a *Educação* na perspectiva de *Aprendizagem ao Longo da Vida* e a sua importância para o indivíduo e para a sociedade, além de chamar atenção do leitor para o carácter cronológico evolutivo da *Educação de Adultos para Aprendizagem ao Longo da Vida* e contextualiza-se a *Imigração Brasileira* que vive em Portugal.

O segundo capítulo apresenta modelo de análise adoptado na pesquisa e os métodos utilizados. No terceiro, e último, analisa-se o material empírico recolhido, sistematizando os resultados obtidos.

ENQUADRAMENTOS DA PESQUISA

1.1 A Educação de Adultos: concepções e processos

Educação e Formação de Adultos

A começar por definir aquele que se faz importante para o desenvolvimento deste trabalho, face a problemática da *educação e formação*, a conceitualização de *adulto* (s), justifica-se por se tratar do grupo estruturante deste objecto de estudo. De uma forma mais abrangente o ser *adulto* cinge uma amplitude de sentidos em torno do seu conceito, as dimensões¹ genericamente apresentadas são: de carácter biológica-cronológica que envolve o ciclo de vida do indivíduo; a sociológica como construção dos diversos papéis que o cidadão assume na sociedade e a dimensão que envolve os factores psicológicos.

Conforme a UNESCO (2010) o conceito de *adulto* envolve a cultura e a sociedade do indivíduo e segue uma ordem em fases da idade tratando-se de uma construção social. O que se considera *adulto* hoje em gerações precedentes poderia não ter o mesmo sentido. Para Boutinet (1999) a fase adulta percorre três momentos significativos na sua temporalidade: dos 20 aos 25 anos, dos 45 aos 55 anos e desta última idade até à morte.

Não seria sensato ter apenas a idade como factor único para definição do termo *adulto* devido a grande flutuação cronológica. A variação do conceito está relacionada com o contexto de vida, as experiências, a temporalidade e a própria sociedade onde se “constrói” e não necessariamente em função da idade biológica (Cavaco, 2009). O ser *adulto* é um conjunto de momentos, sejam eles profissionais, de carácter da evolução social ou de representação das fases da vida.

¹ O presente trabalho não intenciona aprofundar as dimensões aqui mencionadas, tem apenas objetivo de mostrar ao leitor a multiplicidade que envolve o ser *adulto*, considerando-as importante nos processos de *Educação e Formação de Adultos*.

A singularidade de cada momento faz parte do todo da pluralidade da problemática, que envolve também um “conjunto de observação de características psicológicas dos adultos” (Barros, 2011:44). São os *adultos* com esta pluralidade que frequentam os processos de educação e formação.

O conceito de *educação* e *formação* de *adultos* se faz necessário tendo em consideração as conjunturas sociais que se modificam e se atrelam aos mais variados fenómenos neste vasto processo de mutação que envolve a educação.

“Num tempo em que a redefinição dos conceitos é uma condição indispensável para fazer face a um mundo em rápida mutação” (UNESCO, 1997:18), “o que hoje é imprescindível e necessário, amanhã está ultrapassado” (Silvestre, 2003:33).

A noção de *educação* tal como a UNESCO apresenta, também é exposta por Durkheim (2011) como um fato social, é múltipla porque se desenvolve de acordo com as circunstâncias e a cultura. O autor defende ainda que a base da *educação* é comum a todos, embora haja suas variações, deve-se levar em consideração a maneira diferente de ser de uma sociedade e da sua forma de educar. Mas também envolvida da sua singularidade a *educação* constrói em cada sociedade um perfil de homem ideal seja intelectual, moral ou físico. Todavia os sistemas educativos têm sua importância no desenvolvimento do conceito porque são eles que buscam responder as transformações do mundo contemporâneo.

“A *educação* deve portanto adaptar-se constantemente as mudanças da sociedade, sem negligenciar as vivências, os saberes básicos e os resultados da experiência humana” (Delors, 2010:14). A *educação* para um conjunto de países da Europa, Ásia e da América do Norte está associada a manutenção da competitividade económica e coesão social, para os países nórdicos trata-se de um bem público que prima pelo desenvolvimento pessoal e cívico, já os países pobres e em desenvolvimento como na África Subsaariana, América Latina, Estados Árabes entre outros a *educação de adultos* é vista como alfabetização. (UNESCO, 2010).

De acordo com Canário (1999), até pouco tempo o termo *Formação de Adultos* em Portugal abrangia somente a formação profissional vendo-a como pouco provido do necessário, pensada em torno do universo do trabalho (Palazzeschi,1999; UNESCO,2010). Enquanto o termo *Educação de Adultos* recorre a tradições de movimentos da educação permanente com o seu conceito intimamente ligado a história dos modernos sistemas de educação escolar (Palazzeschi,1999) “à mercê do paradigma escolar” (Barros, 2011:96).

Hoje sob a influência das recomendações internacionais e “em termos acadêmicos e científicos a designação *Educação de Adultos* tem a primazia” (*idem*:35). “Permanece um conceito de referência” (Palazzeschi, 1999:47). Contudo, importa aqui defender a escolha dos termos *educação e formação de adultos* á luz de Canário que sublinha uma evolução no termo *formação de adulto* que se deu por meio de um conjunto de experiências transformadoras dos profissionais da educação e da saúde possibilitando uma reconceptualização teórica das práticas de formação de adultos.

Ainda conforme o autor, a dissemelhança entre *educação e formação* estão relacionadas a tradições e campos sociais diferentes, todavia as coincidências dos conceitos de educação permanente e formação permanente faz torna-se as palavras *educação e formação* “sinónimas” (Canário, 1999:36), uma vez que “a *formação* não escapa à sua essência educativa” (Palazzeschi,1999: 53). Sendo assim, considera-se neste trabalho as terminologias adequadas e coerentes entre si não fazendo distinção dos termos aqui utilizado.

Para a UNESCO (2010), a *educação de adultos* carrega consigo uma amplitude de interpretações. A sua definição envolve um conjunto de estruturas organizacionais do sistema educativo, de um conteúdo diversificado do nível e método, seja formal, não formal “prorrogando ou a comutar a educação inicial nas escolas, faculdades e universidades e estágios profissionais e não pode ser considerada como um fim em si” (UNESCO 2010:13).

Neste sentido a *educação e formação de adultos* estimula para a satisfação das suas necessidades e as da sociedade (V CONFINTEA,1997), sendo “o resultado de um processo histórico de evolução” (Barros, 2011:96), em que a educação formal, não formal e

informal é complementar e cada uma por si só não “consegue responder as necessidades formativas dos indivíduos” (Cavaco,2009:63).

Tornando-se um processo contínuo de aprendizagem, a qual não faz parte de um momento isolado da vida do cidadão e que vem se consolidando cada vez mais, com o desafio de aprender mais e melhor, mobilizando toda a sociedade, tornando-se âncora numa mudança social marcante no novo século “a obsolescência das fórmulas clássicas da educação é agravada pela rapidez com que se afirmam e expandem as inovações da sociedade do conhecimento²” (Martins, 2000:17).

No que diz respeito à baixa qualificação profissional, Nóvoa e Lima (2005) apontam para uma longa distância entre o que o sistema escolar promove e a realidade do trabalho, nas práticas de formação profissional contínua existe uma falta de harmonia entre a educação, economia e gestão de recursos humanos, causando desencontros entre as diversas dimensões envolventes da estrutura social, tornando ainda mais complexos os desafios que a *educação de adultos* terá que percorrer neste tortuoso caminho de mudanças sociais actuais.

Verifica-se que a educação popular adulta no contexto português manifesta em tempos modernos uma grande “falta de acesso aos mais elementares níveis de educação básica, de alfabetização ou de literacia” (Lima,2005:34). Contudo a “*educação de adultos* evoluiu” (Finger, 2005:18) na sequência da evolução da sociedade. Lima (2005:33), prossegue afirmando que o interesse nesta matéria pela política pública foi quase nula, havendo “desencontro entre as políticas estatais e interesse da população que não participou das acções de formação”.

² O trabalho desenvolvido por Ávila (2008), sobre a Literacia dos Adultos, evidencia o surgimento do conceito desenvolvendo-o, optando por seguir as reflexões do autor Nico Stehr (1994) entre outros.

É importante ressaltar que, à luz de Canário (1999), subjacente à expansão da *educação de adultos* está a complexidade nas práticas educativas desenvolvidas devido a heterogeneidade inerente a esta população de “baixa qualificação, incluindo os imigrantes” (Lima,2005:43). As fontes bibliográficas consultadas sobre os conceitos de *educação*, *formação* que até certa medida se confundem, possuem laços estreitos, mas como mostrou Pires (2005) este conceito depreende-se sob diferentes perspectivas que depende do campo disciplinar e da abordagem teórica.

Uma das dificuldades da compreensão total destes conceitos é a utilização nos diferentes domínios: científico, técnico e político. Outra questão pertinente para se perceber os diferentes significados atribuídos a estas conceitualizações dependerá de determinadas culturas, como é o caso da inglesa e da francesa a também tradução nas diferentes línguas não possui a mesma acepção. “o conceito de formação pode ser entendido sob múltiplos pontos de vista” (Pires,2005:29). O Fenómeno *educação de adultos* é um estudo incessante, pois a sociedade está sempre em transformação e estes conceitos têm a missão de acompanhar estas evoluções, que, de acordo com a UNESCO (2010), trata-se de uma “subdivisão e uma parte integrante de um esquema global para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (*idem*:13).

Contudo importa sublinhar que “são poucos os sistemas educativos na Europa que se estão adaptar à realidade da imigração” (MIPEX³,16:2011), “a educação é uma das áreas que apresenta mais problemas nas políticas de integração da maior parte dos países” (*idem*, 2011) além de “ser imigrante limita significativamente as oportunidades educacionais” (UNESCO,2010:19).

³ Sua produção é realizada pelo British Council e pelo Migration Policy Group. Trata-se de uma ferramenta que tem como objetivo avaliar, comparar e melhorar os resultados das políticas de integração de 31 países da Europa e da América do Norte. Em sete áreas políticas: acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, educação, participação política, residência de longa duração, aquisição de nacionalidade e anti discriminação. Utiliza-se 148 indicadores de política, visa transformar a igualdade de oportunidades numa realidade. Consulta: www.mipex.eu.

Conceito e importância da Aprendizagem ao Longo da Vida

O conceito de *aprendizagem ao longo da vida* surgiu na década de 1970, num âmbito internacional. Alguns autores chamam a atenção para a necessidade e a importância da aprendizagem de cada indivíduo por toda a vida, desde a infância até o fim da vida, numa proposta onde homens e mulheres são agentes de sua própria educação (Delors,1996; Pires, 2005).

A temática *formação e educação de adultos* trata-se de um assunto recorrente nas discussões políticas, no âmbito internacional indubitavelmente os relatórios mais citados são os da UNESCO⁴ com especial atenção ao trabalho coordenado por Jacques Delors (1996), sobre Educação para o século XXI, sublinhando que o conceito de educação ao longo da vida é a chave de acesso, sustentado por quatro pilares: o de Aprender a conviver, Aprender a conhecer, Aprender a fazer e principalmente Aprender a ser, numa concepção constante de adaptação, continuidade e crescimento pessoal.

Já o Memorando para a *Aprendizagem ao Longo da Vida*⁵ (Comissão Europeia, 2000), emprega um conceito que “representa um importante avanço” (Ávila,2008:49), enquadrada numa lógica de igualdade de oportunidade sustentada por uma aprendizagem contínua independentemente do contexto, sublinhando três esferas de aprendizagem a *formal, não formal e informal*, distintas mas fortemente articuladas entre si, e que cada uma por si só não consegue responder as necessidades formativas dos indivíduos (Ávila,2008 e Cavaco 2009).

Pain (1990) apresenta o papel que cada esfera de aprendizagem deve desempenhar, tornando evidente a relação entre elas: a *formal* como formação inicial inserido no trabalho intelectual organizado possibilita formalizar o conhecimento que inclui a sistema escolar, regido numa instituição de ensino e formação e que tem sempre como reconhecimento da aprendizagem, certificados por diplomas e qualificações; a *educação não formal* não tem

⁴ É a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura, Criada no fim da II Guerra Mundial (1945), com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, das ciências, da cultura e das comunicações. A sede da UNESCO fica em Paris, na França. Possui 195 Países- membros e 8 membros associados. <http://en.unesco.org/>

⁵ Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

obrigatoriedade de certificações formais, pode ser ministrada no local de trabalho, organizações de juventude, sindicatos, partidos políticos, na comunidade na vida associativa entre outros. Enquadra-se no aprender o conhecimento, satisfazendo as necessidades de acção que dependem de subsistemas sociais; a *informal* está relacionada as diversas situações da vida no seu quotidiano, sendo talvez a mais difícil de ser medida para análise e pesquisa. Envolve a sensibilização com o meio ambiente, a integração no campo de interesses pessoais sem compromisso com a possibilidade de gerir a sua própria aprendizagem com liberdade, por vezes não é reconhecida no âmbito formal pode significar uma desvantagem.

As diferentes modalidades de *educação* são indissociáveis e se complementam, espelhando o global processo de *educação ao longo da vida*. No ano de 2000, o Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, surge com a definição que seria sem dúvida a consagração do conceito “toda e qualquer actividade de aprendizagem, com um objectivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e competências” (Comissão Europeia, 2000:3).

Ainda de acordo com o Memorando da Comissão Europeia, todas as pessoas deveriam ser capazes de seguir percursos de aprendizagem da sua escolha, em vez de serem obrigadas a trilhar caminhos pré-determinados conducentes a destinos específicos e assim “os sistemas de *educação e formação* deverão adaptar-se às necessidades e exigências individuais e não ao contrário” (2000:9).

É reiterado pela UNESCO que o conceito transcende as portas de uma escola propondo o desenvolvimento de todo o potencial educacional fora do sistema tradicional. O ensino e a aprendizagem não se resumem a um determinado período dentro da escola deve prolongar-se ao longo da vida.

(...) Incluindo todas as competências e ramos do conhecimento, utilizando todos os meios possíveis, e dando a todas as pessoas oportunidades de pleno desenvolvimento da personalidade; os processos de educação e aprendizagem nos quais crianças, jovens e adultos de todas as idades estão envolvidos no curso de suas vidas, sob qualquer forma, devem ser considerados como um todo (UNESCO, 2010:13).

É certo que a UNESCO e a Comissão Europeia tiveram um importante papel na construção da história e conceitualização da *educação de adultos* com suas publicações em 1972 e 1973, respectivamente: a primeira marcada historicamente com a perspectiva de *Educação Permanente* (com o relatório Faure: Aprender a ser) e a outra com a perspectiva de *Educação ao Longo da Vida*. Apesar de proximidade entre as duas formulações a *educação de adultos* remete para a reestruturação do sistema de educação pré existente e no desenvolvimento de todo o potencial educacional da sociedade tirando partido de todas as oportunidades que esta oferece (Delors,2010).

A UNESCO propõe uma transferência de “posições”, ao educador cabe uma responsabilidade mais reduzida na aprendizagem, “uma sociedade em que cada um seja, alternadamente, professor aluno” (Delors, 2010:12), enquanto o indivíduo toma uma posição mais participativa na sua aprendizagem individualizada e “que pode ocorrer em todas as dimensões de nossas vidas” (Barros, 2011:151). Considerando que formar-se é um processo que se funde com a própria vida dos adultos (Nóvoa e Finger, 1988).

Alguns autores (Leitão,2002; Pires,2005 e Barros,2011) defendem que a aprendizagem deve ser vista como permanente e que a obtenção de conhecimento ocorre em qualquer tempo ou momento da vida da pessoa nos seus mais variados contextos, (familiar, lazer, convivência comunitária, vida profissional) e abrange a *educação e formação* dentro ou fora das instituições; ainda de acordo com Condorcet, como é referido por Canário (1999), não existe idade para aprender e tão pouco ela pode condicionar o indivíduo.

A importância da *aprendizagem ao longo da vida* é envolvida por uma crença de solução para as “questões globais e desafios educacionais (...) baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos” (Confintea⁶ VI 2011:8), com foco na competitividade económica e no desemprego, de acordo com Cavaco (2009). Contudo

⁶ Trata-se da Conferência Internacional de Educação de Adultos. Sua primeira edição aconteceu na Dinamarca em 1949. A VI CONFINTEA foi sediada no Brasil – na Capital de Bélem no Estado do Pará. Sendo o primeiro País da América do Sul a receber este evento que teve como objetivo de oferecer diretrizes que permitam uma educação de jovens e adultos mais inclusiva e equitativa.

não se limita apenas aos aspectos económicos ou à de educação de adultos, tratando-se do “desenvolvimento global do adulto” (Pires, 2005:29).

A educação de adultos, formação profissional e programas de capacitação para a vida, são os três pilares para que o cidadão permaneça a aprender. No primeiro caso estimula a alfabetização dos adultos, criando um novo sentido na sua vida educacional proporcionando habilidades essenciais, aumentando sua auto-estima. Já a formação profissional dá oportunidade de novas perspectivas de trabalho, permite melhorar ou obter competências e o último está relacionado com a aquisição de conhecimentos e valores de que os formandos se apoderam para lidar com as questões do meio ambiente, do racismo, da prevenção do VIH (e outros), contribuindo assim para que sua aprendizagem seja constante. (UNESCO, 2010).

Para Wilkinson e Pickett (2010), os indivíduos com mais instrução possuem vantagens de carácter financeiro, pois estes ganham mais, gerando satisfação com o seu trabalho e com seus tempos livres, diminuindo a probabilidade de ficarem desempregados e de se tornarem marginais; ao nível da saúde também são beneficiados porque vão (re)educando seus hábitos alimentares, conscientizando-se da necessidade de uma vida mais regrada, com actividade física; ao nível de cidadania na medida em que passa a ter maior participação na escolha dos seus governantes.

Para além de Aprendizagem ao Longo da Vida, ser importante a “competitividade das nações, das empresas, dos indivíduos e do desenvolvimento económico” (Quintas, 2008:17), esta contribui para a integração social e a qualidade de vida dos indivíduos que cada vez mais são colocados perante situações novas que requerem novas aprendizagens. (Ávila, 2008).

O Emergir da Aprendizagem ao Longo da Vida

Vão se desenvolvendo diversos domínios de *Educação de Adultos* e é na primeira metade do século XX que a ideia de *Educação ao Longo da Vida* começa a germinar. Segundo a UNESCO (2010), em 1949, na Dinamarca deu-se a primeira conferência

internacional que consagrou o direito à *Educação de Adultos*. Seguiram-se outras: Montreal (1960), Tóquio (1972), Paris (1985), Hamburgo (1997) e Belém (2009).

A conferência de Montreal correspondeu a uma notável mudança, adoptando uma nova ideologia na aprendizagem e nos processos de desenvolvimento económico nacional e internacional, além da proposta dos países mais desenvolvidos auxiliarem os países em desenvolvimento na sua aprendizagem. Como reflexo desta nova perspectiva, a UNESCO em 1964 (4 anos mais tarde), aprova um programa experimental mundial de alfabetização, tendo como projecto piloto a África, a Ásia e a América Latina.

O ano de 1972, surge o relatório Faure (*Learning to Be*) que seria um referencial para *Aprendizagem ao Longo da Vida*, marcado historicamente pela necessidade de uma redefinição do conceito, ampliando o seu significado, é determinado a promoção de um quadro para aprendizagem ao longo da vida que deveria assegurar a educação dos indivíduos de todas as idades. Esta educação proporcionaria o desenvolvimento económico, cultural e educacional dos países.

Quatro anos mais tarde (1976), em Nairobi a Capital e maior Cidade do Quênia, tem da UNESCO aprovação da sua recomendação no desenvolvimento da educação de adultos, tendo maior visibilidade no sistema de educação, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

No ano de 1985, em Paris foi a IV Conferência Internacional sobre educação de adultos, sua característica foi a pluralidade de conceitos, foram várias as discussões, educação rural, familiar, cooperativa, educação em saúde e nutrição, vocacional, técnica, educação da mulher, alfabetização de adultos e pós-alfabetização. Ressaltando a importância de todos terem direito a uma educação de qualidade de forma que desenvolvam as suas capacidades individuais e colectivas.

A V Conferência foi realizada em Hamburgo em 1997. Destacou a *Educação Não Formal* e *Informal* como elementos indispensáveis para a *Educação ao Longo da Vida*. Considerando que a *Educação de Adultos* engloba todos os processos de aprendizagem. O foco nesta conferência é o desenvolvimento no ser humano a sua participação ativa na

sociedade, com vista a um envolvimento necessário para que o indivíduo seja capaz de enfrentar todos os desafios do futuro.

A execução da Sexta Confinteia se deu no Brasil em Belém, e teve como proposta harmonizar a *educação formal e não formal* de adultos com outras agendas internacionais de educação e de desenvolvimento, também uma das propostas foi avaliar se os resultados propostos em 1997, dando a conhecer o panorama da situação atual da *educação de adultos* a nível mundial com intuito de defender, promover e evidenciar as práticas bem sucedidas.

1.2 Migrações e Políticas de Integração na Sociedade de Acolhimento: O caso português

São muitas as definições para o conceito de migração. Sob à luz de vários autores Pires (2003), define migração como sendo todo o ato de mobilidade espacial desde a mudança de residência na mesma cidade até as internacionais, é uma mudança física de um determinado contexto para outro, é uma “(re)construção de novas inserções” (*idem*,59).

Para o INE⁷ (2002) e Castro (2008) o conceito se divide em duas variáveis o imigrante permanente e o imigrante temporário, este último pode transformar-se em permanente ou definitiva. Considera-se um fenómeno espontâneo cujo indivíduo estabelece residência e/ou trabalho em um país ou região diferente do local de origem. É a perspectiva do país acolhedor que designa a nomenclatura imigrante. A temporalidade também contribui para a conceitualização que segundo as Nações Unidas é considerado imigrante os indivíduos que estejam deslocados durante mais de um ano na área de acolhimento.

Para uma integração bem-sucedida é necessário propiciar ao imigrante conhecimento básico da língua, da história e das instituições da sociedade de acolhimento. A educação deve ser um pilar seguro pronto para prepará-los, tornando-os participantes activos e com maior êxito na sociedade. (Comissão Europeia, 2005).

⁷ Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt Ac. em 15 de Março 2013

A terceira edição do MIPEX (2011) (Index de Políticas de Integração de Migrantes). Envolve uma lógica de avaliação na qual identifica se a todos os residentes estão reservados os mesmos direitos, deveres e oportunidades, com o intuito de responder as necessidades específicas dos indivíduos, apresentando um quadro de oportunidades disponíveis aos migrantes para acederem a sociedade sustentada por sete áreas políticas. Vale a pena sublinhar as novidades nesta terceira edição com a vertente política sobre a educação de alunos migrantes acrescenta vinte e sete novos indicadores, envolvidas e relacionadas as principais áreas políticas que aqui serão desenvolvidas, pois a educação torna-se o centro de todas as questões, embora seja a que mais apresenta problemas nas políticas de integração. MIPEX (2011).

Segundo o relatório quando os países de acolhimento oferecem oportunidades aos adultos migrantes na sua carreira profissional, competências e qualificações têm maiores chances de responder as necessidades de seus filhos gerando novas oportunidades. De acordo com OCDE⁸ (2012), quando isso não acontece a tendência é uma descendência a margem da força do trabalho, o estudo revela que o emprego de imigrantes altamente qualificado é menor face aos nativos.

Os países que facilitam o acesso a nacionalidade, contribuem para um menor risco de muitas formas de discriminação contra todos os residentes. No caso do *acesso ao mercado de trabalho*, Portugal tem registado bons resultados se colocando na 2ª posição ficando atrás apenas da Suécia. Contudo consoante a OCDE (2012), a taxa de desemprego na população imigrante chegou a 11,9% em 2010. Atribuindo as pessoas que trabalhavam em sectores afectados pela crise financeira e pertencerem aos grupos vulneráveis no mercado de trabalho como é o caso dos jovens e adultos com pouca formação. Nem todos os residentes estrangeiros com autorização de trabalho têm acesso igualitário, por exemplo no sector público, no entanto os cidadãos brasileiros que possuam a igualdade de direito em Portugal (será abordado a seguir) têm estes direitos garantidos.

⁸ Trata-se da primeira apresentação abrangente da integração de imigrantes e seus filhos, nos 34 países da OCDE com 21 indicadores em sete áreas de integração centrais: Contexto da imigração, Habitação, Saúde, Educação, Mercado de trabalho, Cidadania e Discriminação.

Já no que se refere ao *reagrupamento familiar*, Portugal é o país de excelência nesta matéria, facilitando a integração da família, contribuindo no acesso a educação, ao emprego e aos programas sociais. As políticas de *educação* na Noruega, Finlândia e Portugal ficam empatados na 4ª posição, contudo “Portugal é aquele que possui as melhores práticas” (MIPEX,2011:16). O alto nível educacional não é garantia de resultados eficazes de integração para os imigrantes, mas está associado a bons resultados para os seus filhos. O desafio maior de integração é alcançar bons resultados para os filhos de imigrantes com baixa escolaridade. (OCDE, 2012).

Em relação a *participação na política*, Portugal aparece na 7ª posição. Em média a grande parte dos países da Europa Central nega aos imigrantes o direito de votar. Outro aspecto importante para a integração destes adultos é a *residência de longa duração* que concede aos residentes o direito de estudar, trabalhar, reformar-se e viver no país como um cidadão nacional, o relatório aponta para as dificuldades que alguns países colocam aos residentes de longa duração para recusa e revogação da autorização ao contrário de Portugal e Espanha que proporcionam medidas flexíveis promovendo maior protecção contra deportação.

Aquisição de nacionalidade, parece ser um dos eixos mais burocráticos e difíceis de aceder em muitos países. Em média os imigrantes esperam 7 anos para aceder a nacionalidade, além do pagamento de elevadas taxas, a exigência de rendimentos altos e o domínio da língua. Portugal mais uma vez se destaca neste quesito, permanecendo em 1º lugar por duas vezes consecutivas, como mostra o relatório, é o país da Europa com melhores políticas dando apoio total para os imigrantes se tornarem cidadãos e participarem de forma igualitária na vida pública, contudo segundo OCDE (2012) os imigrantes quando adquirem a cidadania do país de acolhimento tem uma maior propensão a não exercer o ato de votar.

O último eixo que integra este quadro de políticas de integração e oportunidades conta também com o tema anti-discriminação, é condenável qualquer ato discriminatório. No entanto Portugal, a Roménia, a Bulgária e a Hungria são países que estão dando os

primeiros passos no que é estabelecido pela nova legislação anti-discriminatória, os países com maior sucesso nesta área são Canadá e Estados Unidos da América.

De um modo geral Portugal foi um dos países com maior progresso desde do MIPEX II. Há de fato uma preocupação concreta com o fenómeno da imigração em Portugal inclusive o mesmo relatório dá a conhecer que há mais investigadores na área da integração. Os trabalhos de avaliação são incessantes com vista a melhorar as políticas, as decisões e a sensibilização da opinião pública.

A Imigração Brasileira em Portugal

O número exacto de brasileiros imigrantes que vive em Portugal, certamente é muito difícil de ser calculado, pois pode estar em causa uma parcela da população residindo no país irregularmente. Se constatou também que não há conformidade nos dados entre os órgãos estatísticos quanto ao número de imigrantes brasileiros em Portugal. De acordo com Serviço de Estrangeiros e Fronteira para “efeitos estatísticos adopta-se um conceito abrangente de estrangeiro residente em Portugal, que engloba os estrangeiros detentores de título de residência” (RIFA⁹, 2011:15).

As chamadas vagas de brasileiros nos últimos 30 anos em Portugal, se distinguem entre si, sendo a primeira entre os meados dos anos 80 e finais dos anos 90 e a segunda vaga pós-1999. A primeira ficou caracterizada pelo elevado grau de profissionais qualificados (Malheiros, 2007). Já a segunda vaga é marcada por um grande número de pessoas vindas da classe média baixa da sociedade brasileira, entrando no mercado de trabalho secundário e com uma tendência maior da entrada do sexo feminino.

O último recenseamento realizado em 2011, pelo INE, aponta um universo de 109.787 mil brasileiros a viver em Portugal. É o país da Europa que mais abriga brasileiros, sendo actualmente a comunidade imigrantes mais representativa em números. Identificou-se que não há um consenso entre os relatórios estatísticos, sendo difícil chegar ao número

⁹Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, 2012, Relatório anual lançado em Maio/2013 <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx> Ac. em 25 de Junho 2013

exacto de imigrantes brasileiros vivendo em Portugal, tamanho a complexidade quando se reflecte sobre os indivíduos que estão na irregularidade. O quadro 1.1, apresenta a evolução da população brasileira em Portugal nos últimos dez anos¹⁰. Verifica-se uma forte tendência de crescimento no actual século. Contudo, é no início da segunda década do mesmo século que se nota um decréscimo nesta população. O relatório de estatísticas do SEF (2011) atribui esta diminuição a três factores: ao “acesso à nacionalidade portuguesa, alteração de processos migratórios em alguns países de origem e os efeitos da actual crise económica e financeira” (*idem*:15). No caso dos brasileiros o decréscimo é superior que a média total. Contrariando o fenómeno que eclodia em 2006.

Relativamente ao sexo, o feminino é preponderante. Nos últimos nove anos o número de mulheres foi sempre superior ao número de homens. Com o passar dos anos observou-se uma grande disparidade entre os sexos. A maior diminuição ficou por conta do sexo masculino verificado no último ano. No que concerne emissão do primeiro título de residência no ano de 2012 os brasileiros foram os que mais adquirem este documento. Nos últimos quatro anos os imigrantes brasileiros também foram os que mais adquiriram a nacionalidade Portuguesa por naturalização.

O sexo feminino com excepção do ano de 2005 foram as que mais se preocuparam com a legalização. Os dados referentes ao Estatuto de Igualdade de Direito, ainda são pouco divulgados. E o número de concepção deste estatuto é muito reduzido se comparado com os do título de residência. Apresentado o panorama da imigração brasileira em Portugal julga-se importante perceber como vem se realizando a integração destes cidadãos no País de acolhimento.

Faz-se necessário também sublinhar os esforços que se tem feito em Portugal para se alcançar o que é considerado uma integração plena dos imigrantes, pelos diversos órgãos, incluindo todos os ministérios, nomeadamente às associações de imigrantes, aos membros do Conselho Consecutivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), da comissão

¹⁰ Os resultados obtidos na terceira coluna referente aos anos 2009,2008,2007,2006,2005 e 2004 foram calculados utilizando a regra de três simples. Os outros anos foram divulgados pelos relatórios consultados.

para igualdade e contra a discriminação racial (CICDR), da rede de investigadores do observatório da imigração que mereceram inclusive destaque internacional com o *Plano para a integração dos imigrantes* (PII). E neste sentido o presente estudo chama atenção para que os objetivos do Plano se estendam no âmbito da aprendizagem ao longo da vida, incluindo nas suas intervenções programas de sensibilização para a participação em formações e educação permanente e por toda a vida, para que haja ainda mais inclusão social promovendo formações individualizadas que correspondam as necessidades de cada cidadão possibilitando a construção de uma maior coesão social em Portugal.

Quadro 1. 1 Dados estatísticos da imigração em Portugal

| A Imigração Brasileira nos últimos 10 anos (2012-2002), em Portugal | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|---|-------------|------------|---------------------------------|---|--|---|-----------------------|
| Ano | Total de imigrante residente | (+) acréscimo (-) decréscimo face ao ano anterior | Sexo (masc) | Sexo (Fem) | Distrito de residência (Lisboa) | Pedidos de nacionalidade | Emissão do Título de residência (Sexo Masculino) | Emissão do Título de residência (Sexo Feminino) | Estatuto de Igualdade |
| 2012 | 105.622 | (-5,22%) | 44.127 | 61.495 | **V/T (181.901) | 1º Brasil (7.474) 2º Ucrânia (4.514) 3º Cabo Verde (4.340) | 4.939 | 6.776 | 1.350 |
| 2011 | 111.445 | (-6,63%) | 47.518 | 63.927 | **V/T (188.259) | 1º Brasil (7.155) 2º Cabo Verde (4.364) 3º Ucrânia (3.455) | 5.349 | 7.547 | *S/D |
| 2010 | 119.363 | 2,70% | 52.478 | 66.885 | **V/T (189.220) | 1º Brasil (8.076) 2º Cabo Verde (4.783) 3º Angola (3.259) | 6.920 | 9.245 | *S/D |
| 2009 | 116.220 | 8,65% | 51.916 | 63.966 | **V/T (195.140) | 1º Brasil (5.820) 2º Cabo Verde (5.021) 3º Moldávia (3.043) | ***D/G | ***D/G | *S/D |
| 2008 | 106.961 | 61,19% | 49.467 | 57.494 | 43.670 | 1º Cabo verde (9.926) 2º Brasil (8.391) 3º Guiné-Bissau (4.589) | ***D/G | ***D/G | *S/D |
| 2007 | 66.354 | 1,36% | 31.834 | 34.520 | 24.397 | 1º Cabo Verde (2.491) 2º Guiné-Bissau (1.602) 3º Angola (738) | 5.481 | 6.083 | *S/D |
| 2006 | 65.463 | 107,50% | 31.956 | 33.507 | 27.603 | 1º Cabo Verde (2.491) 2º Guiné-Bissau (2.433) 3º Angola (703) | 179 | 193 | *S/D |
| 2005 | 31.546 | 9,32% | 14.662 | 16.884 | 12.955 | 1º Cabo Verde (557) 2º Guiné-Bissau (472) 3º Brasil (179) | 90 | 87 | *S/D |
| 2004 | 28.856 | 8,64% | 13.815 | 15.141 | 11.934 | 1º Cabo Verde (615) 2º Guiné-Bissau (307) 3º Brasil (128) | 945 | 1.774 | *S/D |
| 2003 | 26.561 | 7,17% | 13.070 | 13.491 | 11.164 | 1º Cabo Verde (1.394) 2º Guiné Bissau (939) 3º Angola (351) | 759 | 1.378 | 31 |
| 2002 | 24.864 | 6,07% | 12.563 | 12.301 | 10.580 | 1º Cabo Verde (470) 2º Guiné-Bissau (197) 3º Angola (160) | 671 | 1.110 | *S/D |

Fonte: www.Sef.pt Relatórios de Imigração Fronteiras e Asilo de 2012 a 2002

* S/D - Sem dados para comparar

** V/T - Os dados fornecidos pelo SEF trata-se do valor total da população imigrante que vive em Lisboa.

*** D/G - Os dados fornecidos pelo SEF abrange a totalidade dos imigrantes sem distinção do sexo.

Na sequência da caracterização da população imigrante brasileira em Portugal, considera-se relevante dar conta de alguns elementos relativos à escolaridade e participação na educação do sistema de ensino brasileiro.

A Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Confinteia) 1997, teve um papel importante para as políticas públicas brasileiras e neste sentido se deu conta das dificuldades encontradas para uma monitoração no país. A organização federativa do Estado, a extensão territorial, a população numerosa e a densa rede de instituições governamentais e não-governamentais e também a dispersão dos registros sobre as iniciativas da sociedade civil no campo educativo torna este processo extremamente complexo, por tanto as informações obtidas estarão centradas no âmbito federal.

A realidade é que após a 5ª Confinteia houve aumento das matrículas na educação básica e redução dos índices de analfabetismo, contudo verifica-se que estão longe de alcançar as metas da agenda para o futuro e ainda está muito aquém do ideal. Como indica o Censo Escolar¹¹ o Brasil teve um decréscimo de matrículas da educação básica em torno de 1%, equivalente a 427.569 matrículas. No que refere a educação de jovens e adultos (EJA) vem seguindo uma tendência de diminuição desde os últimos anos, registrando uma queda de 3,4%, ou seja, menos 139 mil matrículas.

Por outro lado, houve um crescimento de 10,5% da educação infantil, onde são atendidas crianças com até 3 anos de idade. O Ministério da Educação no Brasil vem fomentando à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional no País e ainda conforme o Censo Escolar isso pode ter causado um aumento significativo nas matrículas na qual em 2007 foram de 780.162 enquanto 2012 foram de 1.362.200 matriculados um crescimento de 74,6%. O sistema escolar brasileiro tem uma tradição de reprovação, no entanto já se verifica uma tendência de aumento no número de alunos que conseguem avançar nos primeiros anos do ensino fundamental.

¹¹ É uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), obrigatório aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica.

Com isso a matrícula do ensino fundamental está se aproximando ao da população com faixa etária de 6 a 14 anos. Segundo dados do IBGE¹²/2011 existem 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e não tem o ensino fundamental completo. De acordo com as conclusões do Conselho Internacional de Educação de Adultos (ICAE)¹³, embora tenha havido um aumento significativo nos investimentos na educação de adultos e o acesso desta população ao ensino básico tenha crescido, a acessibilidade e a alocação de recursos ainda são pequenos diante da dimensão do problema.

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹³ Trata-se de uma rede global criada em 1973, composto por organizações não-governamentais, redes nacionais e sectoriais regionais em mais de 75 países. É uma ONG com relações associadas a UNESCO e com Status consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Promove a educação de adultos como uma ferramenta para uma cidadania ativa e participação informada das pessoas.

METODOLOGIA

2.1 Objetivos e Modelo de Análise

Como inicialmente referido o presente trabalho tem como objectivo principal saber que tipo de relação o Adulto Imigrante Brasileiro tem com a *Educação e Formação* em Portugal, e o que condiciona essa relação. Para isso o tema em questão se apoiou em três dimensões estruturantes – social, pessoal, contextual – a primeira dimensão envolve o percurso do indivíduo, na vida académica e profissional.

A segunda dimensão diz respeito a representação dos imigrantes, perceber suas motivações para aprender, a classificação do uso e utilidade da aprendizagem em suas actividades e suas aspirações. E a terceira para complementar as análises considerando que as dimensões são indissociáveis o estudo procurou também perceber a relação do contexto vivido na sociedade de acolhimento e a importância atribuída ao estatuto de igualdade de direito. Embora a proposta da UNESCO seja uma aprendizagem independentemente do contexto, o presente trabalho propõe as formações no seu formato tradicional a chamada *educação formal* e a *não formal* que é definida como um sistema paralelo.

A *educação formal*, trata-se de uma formação sistematizada, organizada, sendo obrigatória para determinadas faixas etária enquanto a *educação não formal* é considerada a que não esteja dentro do âmbito formal, tem como objectivo proporcionar aprendizagens especiais a subgrupos específicos da população, serve para “satisfazer as necessidades de acção” (Pain,1990:233) tal como facilitar o contacto com o conhecimento destas necessidades. A Figura 1 representa o modelo de análise que relaciona as dimensões mencionadas acima e farão parte dos principais objectivos da exploração desta dimensão analítica. A Educação ao Longo da Vida se coloca no centro da relação entre as dimensões exploradas no enquadramento teórico.

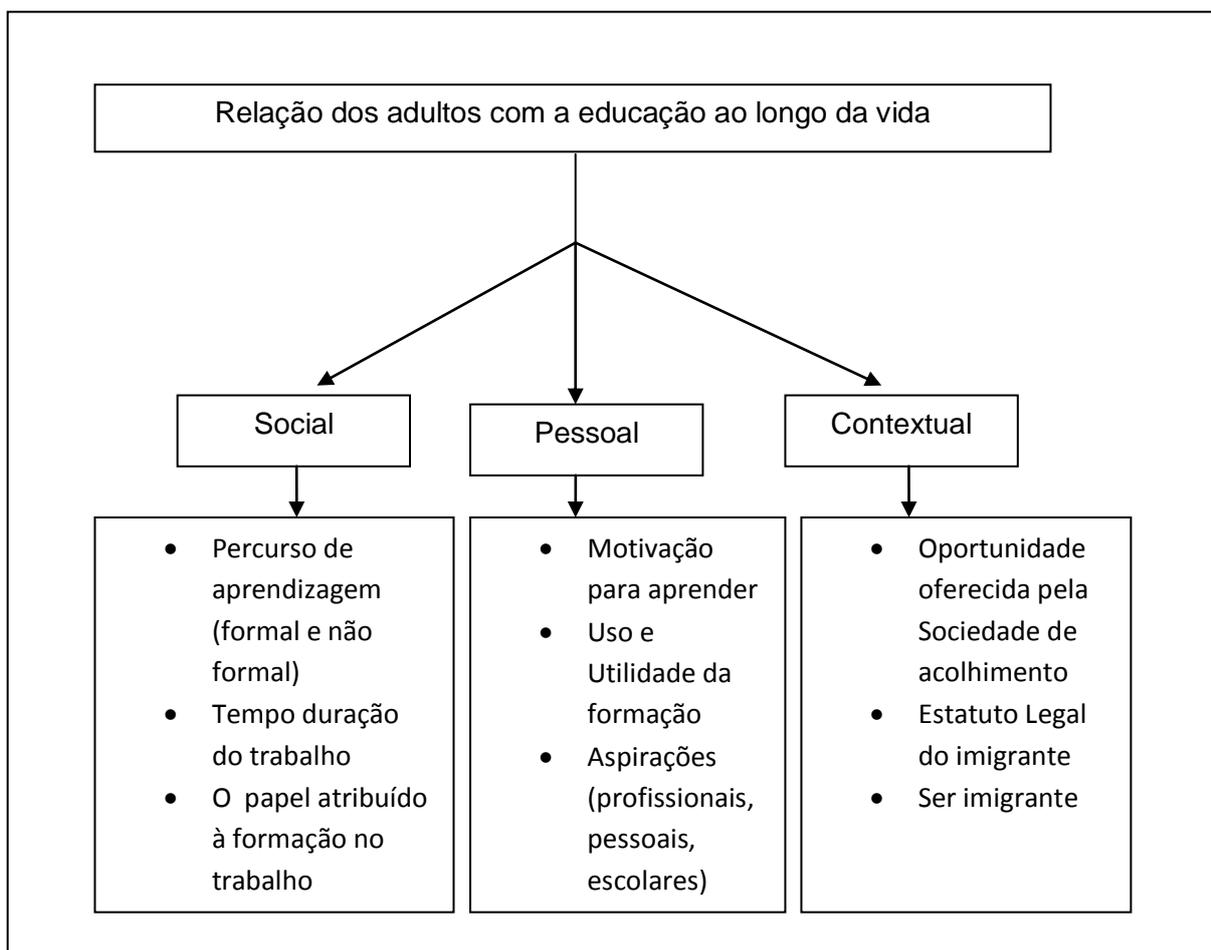


Figura 2. 1 Modelo de análise

2.2 Abordagem e Técnicas de Investigação

Entrevista exploratória

A estratégia de investigação que se adotou para o procedimento de observação nesta pesquisa foi a extensiva-quantitativa. Esta opção deve-se à intenção de estabelecer relações quantificáveis entre as variáveis. O instrumento de recolha de informação foi o inquérito por questionário contendo perguntas fechadas (Costa,1999:9), que foi preparado para o auto preenchimento. Embora o investigador esporadicamente desenvolva atividades de formação na instituição, no período da investigação não houve formações para esta comunidade desenvolvidas pelo investigador para manter a distância necessária entre o mesmo e o objeto de estudo. O primeiro contato foi através de um correio eletrónico formal,

o qual foi direcionado à direção para aprovação e conseqüentemente realização do trabalho.

A elaboração do questionário foi precedida por uma entrevista exploratória, (conversa, flexível e aberta) com a coordenadora do Gabinete de Inserção Profissional da Casa do Brasil de Lisboa. Esta desempenha funções há dois anos, tendo desde o início demonstrado muita receptividade a colaboração com este estudo. Esta informante privilegiada, está em contacto directo com a realidade do imigrante brasileiro em Portugal, será através da sua experiência que teremos maior possibilidade de “encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho” (Quivy,2008:70).

Este foi o momento de rompimento em detrimento das próprias convicções do pesquisador, de ouvir e de presenciar a realidade no terreno. Numa conversa no seu local de trabalho, com um pouco mais de duas horas num ambiente descontraído, sem a presença de outras pessoas, sem barulhos e sem qualquer tipo de interrupção.

Os cidadãos que constituem a amostra compreende os imigrantes que tenham procurado pelos serviços da Casa do Brasil em Lisboa, com idades entre 18 e 64 anos, o que abrange a multiplicidade nos níveis de escolaridade, pertença a grupo social, situação profissional e independentemente do seu estatuto legal. Importa ainda ressaltar que são indivíduos que na sua maioria vão a procura de trabalho.

O questionário é composto de perguntas directas, fechadas e de fácil resposta clara e objetiva. Foi dividido em três partes: a primeira integra um conjunto de questões sobre educação e formação ao longo da sua vida; a segunda refere-se a situação laboral dos imigrantes brasileiros; a terceira tem como objetivo fazer um levantamento de características gerais do imigrante.

O questionário passou por vários processos de reestruturação decorrentes dos vários pré-testes. Foram feitos reajustes necessários conforme iam sendo testados. Optou-se por acompanhar pessoalmente as respostas dos inquiridos, para esclarecer eventuais dúvidas que surgissem. Foi possível contar com a colaboração dos técnicos e estagiários que desempenham funções no atendimento. Este apoio foi importante nos momentos em que o investigador não pode estar presente. Estes colaboradores tiveram como principal função

apresentar brevemente o questionário, acompanhar o seu preenchimento para esclarecimento de eventuais dúvidas. A maior dificuldade encontrada para a concretização do estudo foi efetivamente o pouco fluxo dos imigrantes brasileiros na casa do Brasil no período da investigação delongando-se por 9 meses.

No total foram considerados válidos 127 questionários, correspondente ao contingente de adultos que se dirigiram ao GIP no período considerado. A informação recolhida no questionário foi depois de inserida, analisada com o apoio do programa SPSS. Esta teve por base a estatística descritiva que permite comparar respostas diferenciando-as e relacionando-as.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Caracterização do Imigrante

Conforme revela o quadro 3.1, os inquiridos brasileiros que vivem em Portugal na sua maioria residem com os familiares e são solteiros. Mais de metade tem idade entre 25-44 anos e não tem filhos.

A população inquirida destaca-se pela ampla disparidade entre os sexos. Segundo Padilla (2007) a migração era concebida como um fenómeno masculino, porém se verifica uma sobre representação feminina desde algum tempo. Conforme os dados do SEF¹⁴, 2012 e INE¹⁵ 2012 o sexo feminino é predominante convergindo com o presente estudo.

Quadro 3. 1 Sexo, estado civil, agregado doméstico e descendência

| Perfil | | (%) |
|------------------|----------------|-----|
| Sexo | Feminino | 61 |
| | Masculino | 39 |
| Idade | Entre 19-24 | 8 |
| | Entre 25-44 | 77 |
| | Entre 45-55 | 13 |
| | Entre 56-64 | 2 |
| Estado civil | Solteiro (a) | 60 |
| | Casado (a) | 30 |
| | Divorciado (a) | 7 |
| | União de facto | 3 |
| Com quem vive | Sozinho(a) | 12 |
| | Familiares | 62 |
| | Namorado(a) | 12 |
| | Amigos | 15 |
| Número de filhos | Nenhum | 61 |
| | Um | 24 |
| | Dois | 10 |
| | Três | 4 |
| | Quatro | 1 |
| | Cinco | 1 |

¹⁴ Dados retirados do (RIFA), Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo.

¹⁵ Dados relativos ao ano 2011.

No quadro 3.2 mostra que Portugal acolhe cidadãos vindos de todas as cinco regiões do Brasil. A maioria dos imigrantes vem da região Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo).

Quadro 3. 2 Inserção geográfica (origem e actual)

| Os inquiridos da amostra | | (%) |
|----------------------------|--|--------|
| Região do Brasil que vivia | Minas Gerais | 27 |
| | Paraná | 21 |
| | Maranhão | 2 |
| | São Paulo | 10 |
| | Rio de Janeiro | 2 |
| | Pernambuco | 4 |
| | Espírito Santo | 5 |
| | Goiás | 7 |
| | Manaus | 1 |
| | Pará | 2 |
| | Brasília | 1 |
| | Bahia | 13 |
| | Randónia | 6 |
| | Região de Portugal onde vive actualmente | Lisboa |
| Amadora | | 13 |
| Seixal | | 1 |
| Odivelas | | 1 |
| Évora | | 11 |
| Torres Vedras | | 1 |
| Almada | | 3 |
| Estoril | | 2 |
| Barreiro | | 2 |
| Cascais | | 3 |
| Mafra | | 2 |
| Loures | | 2 |
| Sintra | | 3 |
| Almada | | 12 |

O Estado de Minas Gerais é o que conta com o maior fluxo migratório, o mesmo verifica-se oito anos depois do trabalho realizado por Fonseca (2005) citado por Malheiros (2007), as outras duas regiões de onde mais migram os brasileiros são o do Estado do Paraná e da Bahia.

A maioria dos imigrantes escolhem a cidade de Lisboa para viver, mas são as mulheres que preferem esta região.

Estatuto Legal do Imigrante

A aquisição do estatuto de igualdade de direitos e deveres¹⁶, pelos imigrantes brasileiros representa uma integração ainda mais sólida na sociedade de acolhimento, contribuindo para uma participação mais igualitária face aos cidadãos Portugueses.

O presente estudo mostrou que o percurso singular dos imigrantes reflecte algumas das características subjacentes aos temas desenvolvidos no enquadramento da pesquisa, tal é o caso do Estatuto de Igualdade de Direitos, revelando um grande desconhecimento da população imigrante sobre o documento referido.

Embora o Estatuto de Igualdade de Direitos seja conhecido por poucos, dos que conhecem todos o possuem.¹⁷ Os inquiridos que mais obtêm o estatuto enquadram-se numa condição sócio económica mais elevada, com maiores níveis de escolaridade e a maior parte são do sexo feminino. Os que conhecem o documento e não o possuem, atribuem à burocracia a principal razão (figura 3.1).

No ponto de vista dos órgãos responsáveis pela renovação do título de residência (obrigatório e presencial por três vezes no mínimo, até aceder a naturalização), é necessário que haja efectivamente um fortalecimento na informação, tornando-a acessível aos cidadãos brasileiros. Uma infra-estrutura de informação deficiente dificulta o acesso a documentação. No ponto de vista cidadão imigrante, falta um envolvimento ou interesse em procurar saber dos seus direitos e deveres junto a sociedade de acolhida. Embora se perceba as condicionantes que limitam esta população. (como se viu acima).

¹⁶ A convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre Brasileiros e Portugueses foi firmado entre os governantes brasileiros e portugueses. O estatuto da igualdade é um instrumento que regulamenta de forma recíproca e fraterna os direitos e deveres dos brasileiros residentes em Portugal, e dos portugueses residentes no Brasil. Art . 1º Os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozarão de igualdade de direitos e deveres com os respetivos nacionais.

¹⁷ Chama-se atenção para um possível desajuste nesta última informação, significando um valor ainda inferior pois acredita-se que muitos destes inquiridos associam o estatuto de direitos e deveres com o título de residência (obrigatório, mas que a ele não é atribuído os mesmos direitos e deveres).

A não aquisição do documento pode significar pouca inclusão em vários contextos sociais, inclusive condicionando a solicitação de uma bolsa de estudos em regime formal.

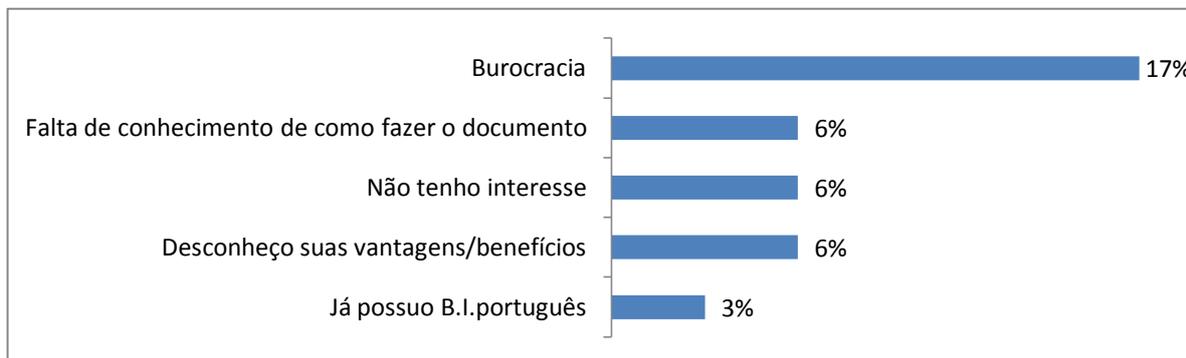


Figura 3. 1 Razões da não aquisição do Estatuto de Igualdade de Direitos

Razões da imigração, tempo de permanência e intenção de retorno

Os motivos pelos quais os indivíduos procuram vir para Portugal são diversos como indica a figura 3.2, e cada vez mais as razões mudam de foco, ainda assim conforme as diversas literaturas a razão predominante é a de trabalhar. Assim sendo, o resultado desta pesquisa também aponta para esta variável.

Em segundo plano estão os estudos e logo a seguir a intenção de ganhar dinheiro, outra razão verificada no estudo apontada pelos inquiridos como sendo importante na sua decisão de sair da seu país de origem é a orientação sexual nesta última razão os motivos podem estar relacionados a diversos fatores, a fuga do seu meio social para viver uma eventual “liberdade”, pode também estar relacionado ao forte preconceito sofrido pelos os homossexuais em várias regiões do Brasil como indica o 5º relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil (2012) ou ainda o GGB¹⁸ que afirma o Brasil é hoje líder mundial em assassinatos de homossexuais.

¹⁸ Refere-se a uma associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais do Brasil, Grupo Gay da Bahia, Fundado em 1980.

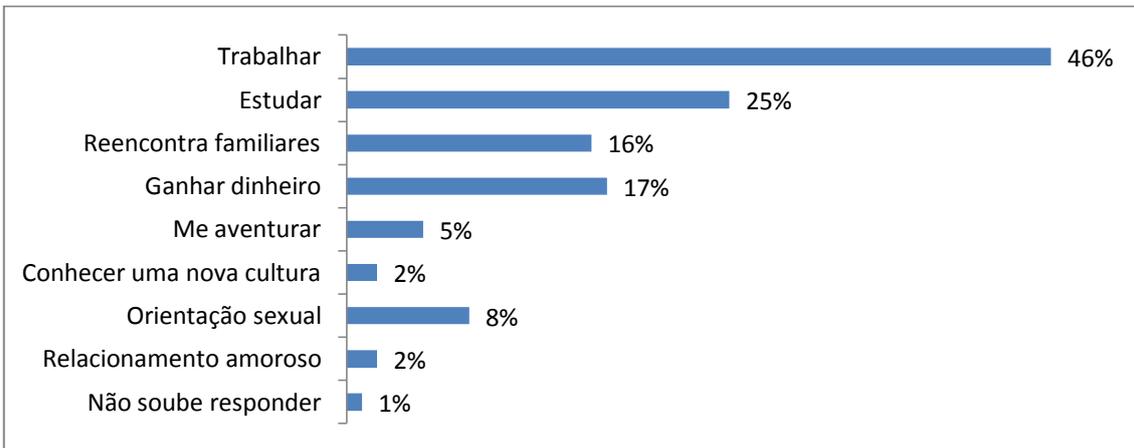


Figura 3. 2 Razão de vinda para Portugal

A maioria dos inquiridos chegou em Portugal no ano 2008. Constatou-se que a percentagem dos que vivem no País é igual para os que já estão a seis, sete, oito anos e onze anos. (figura 3.3).

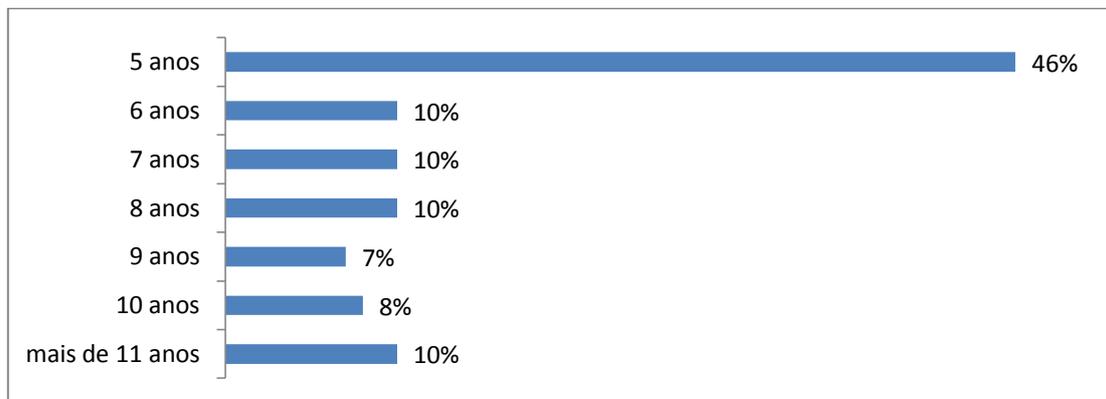


Figura 3. 3 Tempo de estadia em Portugal

Quando inquiridos sobre razões para o eventual regresso ao Brasil cerca de metade (49%) revelam ter esse desejo. As razões que evocaram, conforme se pode observar são problemas familiares e perspectiva de trabalho no seu país de origem.

A intenção de retorno não necessariamente significa que retornaram. A crise financeira vivida na Europa não representa uma grande preocupação quando se trata de regresso ao seu País como indica a figura 3.4.

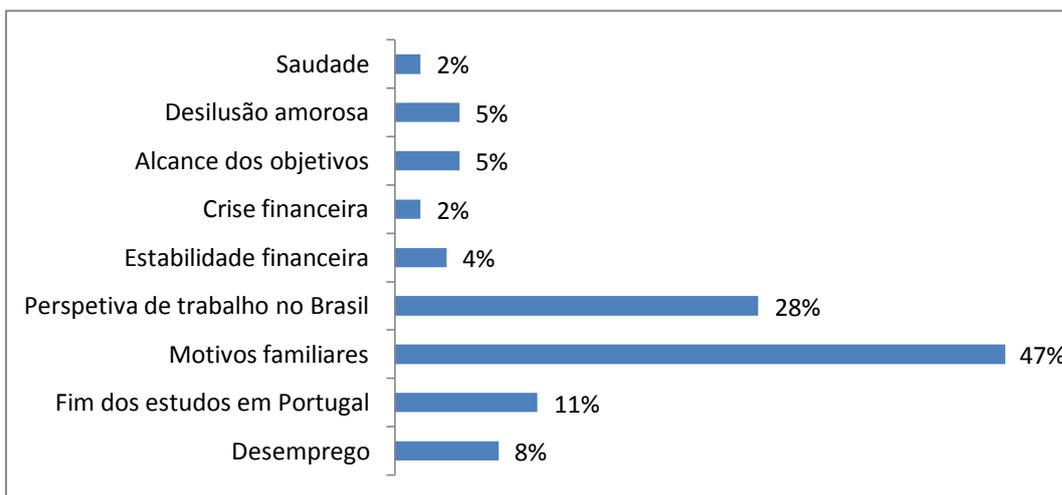


Figura 3. 4 Razões de retorno

A qualidade de vida encontrada no País de acolhida é a principal razão para que os adultos inquiridos queiram permanecer. Esta qualidade de vida pode estar relacionada a vários factores, isso vai depender da singularidade de cada individuo. Muito equilibrado estão outras razões de permanência como a adaptação e integração, a segurança e a família. De acordo ainda com a figura 3.5 os estudos é a razão com menor representação quando se trata de permanência, podendo significar que este grupo vem, estuda e não tem pretensão de permanecer.

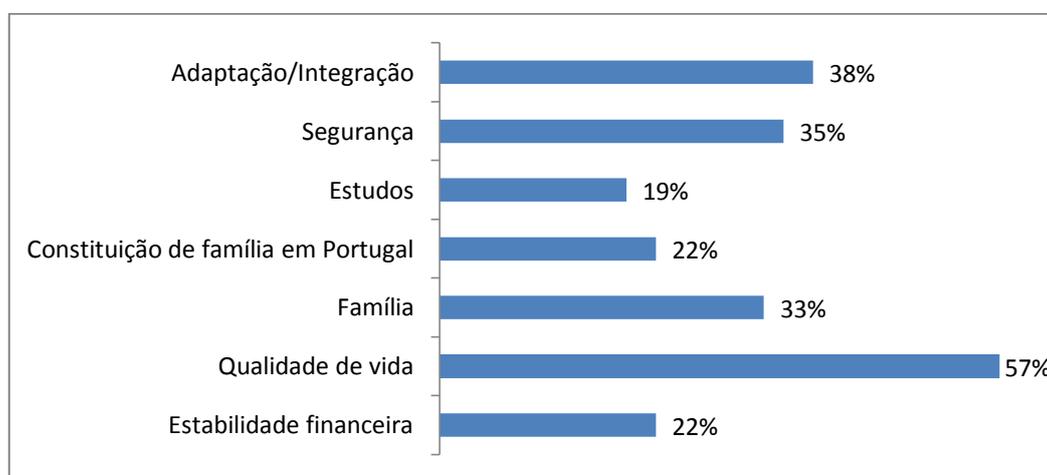


Figura 3. 5 Razões de permanência em Portugal

Qualificações académicas

Verifica-se na figura 3.6 que mais de metade dos inquiridos declara ter concluído o ensino médio.¹⁹ “As qualificações dos Brasileiros que decidem imigrar para Portugal têm sido sempre superiores à média portuguesa” (Peixoto, 2003;Gois e Marques, 2013). Adiante veremos que, como já foi assinalado pela Unesco, os indivíduos que “tiveram maior acesso à educação formal tem maior probabilidade de continuar a participar de diferentes contextos de aprendizagem” (2010:19).

Observa-se também a disparidade entre os que concluíram o ensino médio e os que concluíram a Licenciatura. Os adultos imigrantes com maior grau de escolaridade são unânimes em afirmar sua intenção em frequentar formações. Sendo possível verificar que em todos os níveis de escolaridades as pessoas tem interesse em obter mais formação, contudo é preciso sublinhar que nem sempre as práticas vão de encontro com as intenções, analisando os inquiridos que possuem o ensino básico verifica-se que embora também tenham interesse, nenhum deles frequentaram formação. Quase metade dos inquiridos que concluíram o ensino Médio revela ter frequentado algum tipo de formação, enquanto esta frequência aumenta nos inquiridos de nível superior.

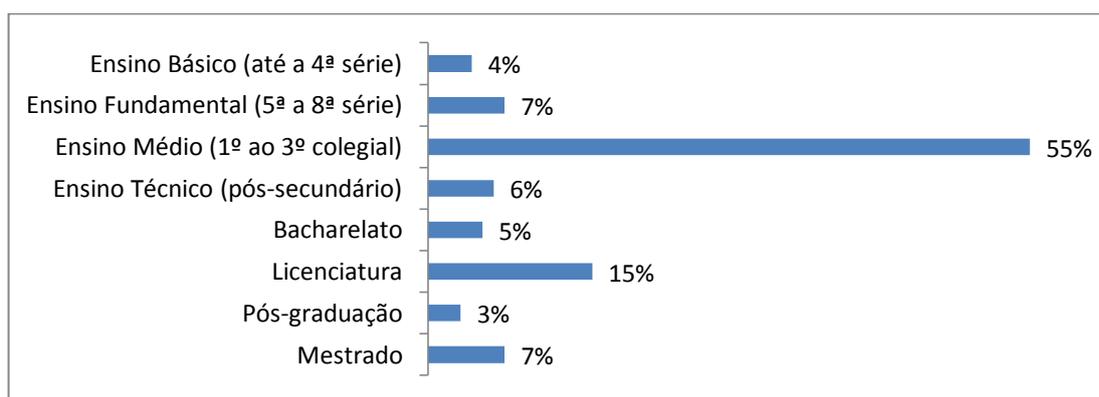


Figura 3. 6 Grau académico completado

Também se detetou uma relação entre o nível escolaridade atingido e a intenção de fazer formação posterior: conforme aumenta o nível de escolaridade do indivíduo também

¹⁹ Optou-se pela classificação da escolaridade no molde conhecido pela comunidade brasileira.

umenta esta intenção, registando-se um decréscimo apenas no caso dos que já possuem o mestrado.

Inserção profissional

Dos que conhecemos a profissão e a situação na profissão, verifica-se que a grande maioria posiciona-se no quadro dos empregados executantes (EE).²⁰ As não respostas enquadram-se num grupo de inquiridos desempregados e os que consideram não ter uma profissão.

Trabalhos já realizados (Peixoto,2003 e Pires,2003) apontam que desde a segunda vaga da imigração, os imigrantes brasileiros se tem posicionado no segmento do mercado secundário. Relacionado com a evolução do mercado de trabalho em Portugal, onde nesta fase “predomina as necessidades de mão-de-obra não qualificada” (Peixoto,2003:104).

Dos inquiridos que responderam, verificou-se que a metade (50%) com ensino básico concluído, trabalham como cozinheiro(a), a outra metade divide entre os que trabalham como cortadores de carne e doméstico(a). Dos que concluíram o ensino fundamental 25% trabalham como cuidador, os outros 75% se distribuem entre os profissionais das limpezas, auxiliar fabril, cabeleireiros, transportes e técnico de enfermagem e vendedores (12,5% cada).

Os que possuem o ensino médio estão distribuídos em várias profissões desde as que já foram mencionadas acima, às profissões de empregados de mesa, gerente de restauração, auxiliar de cozinha, embalador, esteticista, governanta, assistente back office, empresário, técnico de telecomunicações, telecomunicador, pizzaolo, manicura, técnico de informática, designer de interiores e ainda os que consideram não ter nenhuma profissão.

Os que concluíram a licenciatura trabalham como empregados de mesa, vendedor, telecomunicador, transportes, doméstico(o), recepcionista, Jornalista, Gestor comercial, Gestora ambiental e chefe de cozinha, mais uma vez percebe-se a variedade de profissões desenvolvidas neste grau de escolaridade contudo também surgem profissões qualificadas.

²⁰ Esta classificação socioprofissional corresponde à definição por Costa (1999).

Já aqueles que concluíram o mestrado metade (50%) estão na área de investigação, trabalham como cozinheiro(a), artista plástica, pedagoga, fisioterapeuta e professora (8% cada), são os que apresentam menor ingresso em mão de obra não qualificada, chamando atenção para a falta de informação sobre a profissão cozinheiro que hoje tem uma nova configuração em Portugal e no mundo, por se tratar de uma profissão cada vez mais valorizada e com necessidades de competências específicas e científicas.

Dos dois inqueridos que afirmam ser patrões um enquadra-se nos técnicos e profissionais de nível intermédio e o outro no quadro do pessoal dos serviços e vendedores (ver anexo-indicador socioprofissional individual de classe).

A execução das suas funções é principalmente nas organizações cuja actividade económica é alargadamente no sector de serviços, que de acordo com Peixoto (2003) e Góis e Marques (2013), é proporcionado pelo domínio da língua e a imagem preconcebida de uma comunidade simpática e alegre, bem-dispostos e de trato fácil.

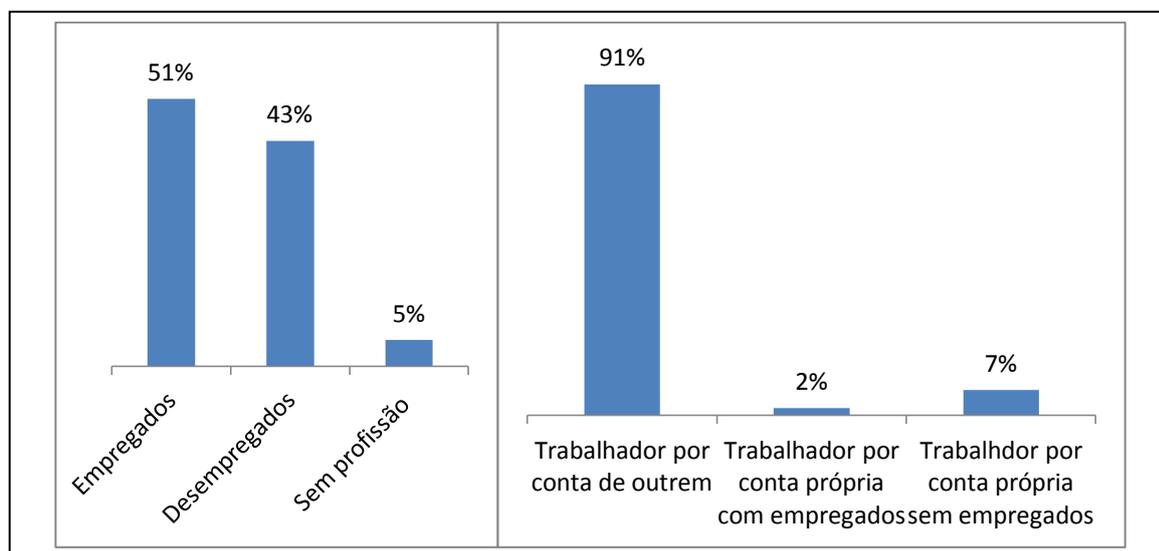


Figura 3. 7 Condição perante o trabalho e situação na profissão

Uma grande parcela dos inquiridos não desenvolve mais de uma atividade profissional. Considerando a atual e a última situação de emprego, no quesito da condição de trabalho, a esmagadora maioria trabalha ou trabalhou por conta de outrem, são poucos os trabalhadores por conta própria com empregados. Mais de metade da população

inquirida teve ou tem contrato de trabalho. A maioria dos inquiridos dispensa nas suas actividades profissionais 40 horas semanais.

Observa-se na figura 3.7 que há uma repartição muito próxima entre a população empregada e a desempregada. Nos últimos três meses que antecederam aplicação definitiva do questionário para esta investigação, de acordo com as respostas dos inquiridos, foi o período com maior número de desemprego, sendo espantoso o número de casos declarados (E evidente que o contexto da Casa do Brasil também influencia). Confluindo com a conjuntura de Portugal conforme verificado pelo EUROSTAT,²¹ o ano 2013 foi marcado por uma alta taxa de desemprego face ao ano anterior mantendo-se em 18% no primeiro trimestre do presente ano tendo um aumento de 0,2% no mês seguinte. Segundo OCDE, 2012 os imigrantes foram mais atingidos pelo desemprego do que as populações nativas, sublinha ainda que os jovens e as pessoas com pouca formação são as mais afetadas.

O desemprego entre os imigrantes atingiu 11,9% no ano de 2010. Cerca de 60% das mulheres inquiridas neste estudo estão desempregadas, além de que são elas as que ficam mais tempo sem emprego. Ainda assim são elas que possuem um melhor posicionamento a nível sócio profissional.

O estudo aponta para uma tendência de maior desemprego no grupo com baixos índices de escolaridade 80% dos inquiridos que concluíram a 4ª série estão desempregados. Esta tendência diminui quando se trata dos inquiridos que concluíram a 8ª série (9ano em Portugal), com apenas 25% sem emprego. Pode estar relacionado a necessidade das organizações onde a exigência de mão-de-obra é superior a 4ª série e inferior a licenciatura. Onde a formação média é suficiente.

No entanto os que possuem licenciatura 59% declaram estar em situação de desemprego. O que também é uma realidade dos cidadãos nacionais, órgãos como INE ou IEFP²² apontam para constante aumento de desemprego entre licenciados em Portugal no

²¹<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1> A.c. Agosto/2013

²² Instituto de Emprego e formação Profissional, trata-se de um serviço público de emprego nacional. www.iefp.pt

ano corrente. Dos inquiridos que responderam nota-se uma tendência de melhor situação face ao emprego para os inquiridos que concluíram pós-graduações (33%) e mestrados (37%) corresponde aos que declaram estar empregados.

A Formação ao Longo da Vida: práticas e representações

Conforme mostra a figura 3.8, considerando todos que frequentaram, mais de metade dos inquiridos frequentaram algum tipo de formação. O sexo feminino foi o que mais frequentou formação. Considerando somente o sexo masculino observa-se que (49%) quase a metade dos inquiridos não frequentaram nenhum tipo de formação.

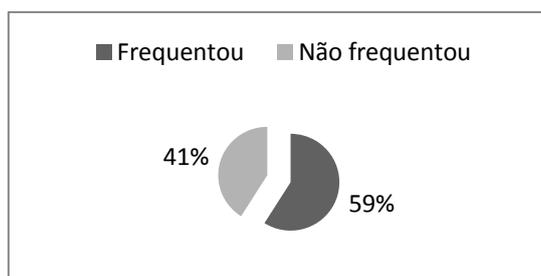


Figura 3. 8 Participação em Formação

Parece que os moldes tradicionais (educação formal) ainda são, de facto, os mais relevantes, como se pode observar na figura 3.9. Em segundo plano surge a aprendizagem de línguas; estando num país que recebe pessoas de diferentes nacionalidades, com diferentes idiomas, estudar uma língua estrangeira em Portugal torna-se trivial, principalmente a língua inglesa.

Considerando que a maioria dos inquiridos exerce suas funções no sector de serviços, e a facilidade de acesso a outros países da Europa, explica-se a necessidade de conhecer uma língua além da materna. A frequência em formação no trabalho foi a terceira mais referida.



Figura 3. 9 Formações frequentadas

Mas quando se trata de frequentar, as mulheres foram as que mais participaram nas ações de educação formal (79%) e na formação de línguas (92%). Havendo uma grande participação dos homens na culinária.

A figura 3.10 mostra que as formações realizadas são pensadas numa perspetiva de futuro, além de um aumento da rede social e profissional e reconhecimento profissional, verificou-se que estas respostas foram dadas pelos inquiridos maioritariamente do sexo feminino e com maiores níveis de qualificações académicas.

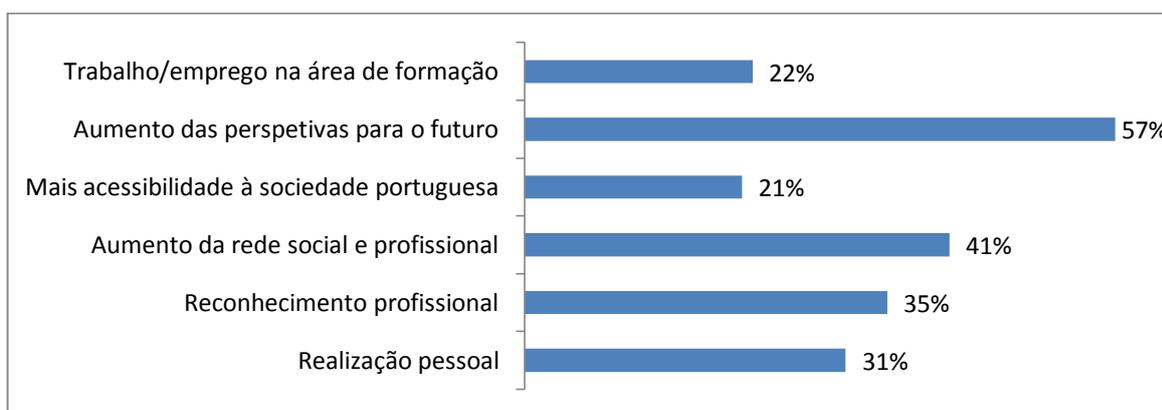


Figura 3. 10 A importância da formação frequentada

As formações realizadas por mais da metade dos indivíduos são classificadas como sendo muito úteis como mostra a figura 3.11. A maioria afirma ter usado muitas vezes os conhecimentos e competências adquiridos nestas formações.

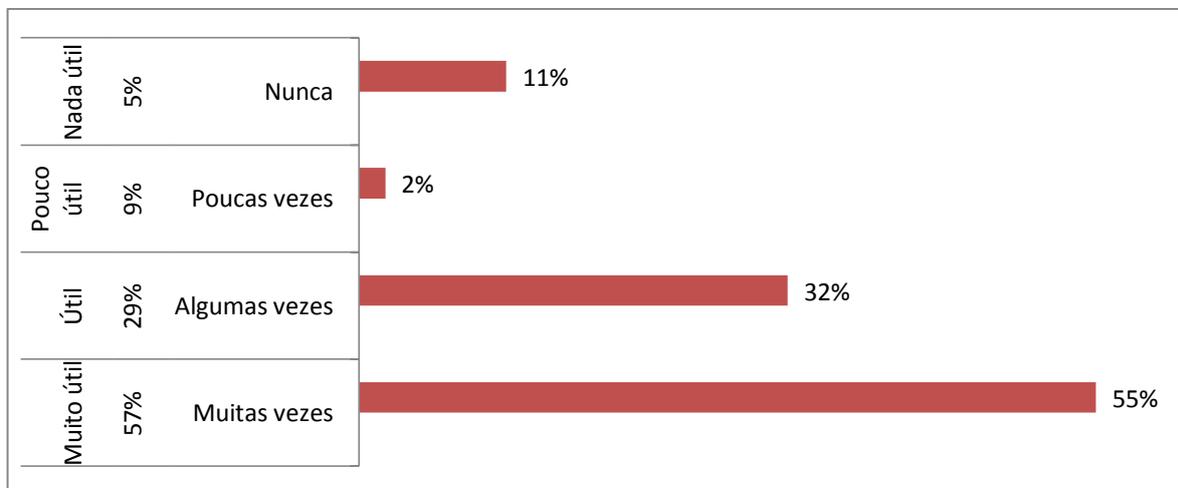


Figura 3. 11 Classificação da utilidade e do uso das competências adquiridas nas formações

A análise da figura 3.12 refere-se à não conclusão das formações frequentadas pelos inquiridos. Os principais motivos de desistência para o sexo masculino foram as de não ter conseguido conciliar formação com o trabalho e o fato de não conseguir pagar, as razões para o sexo feminino coincidem com o sexo oposto, além destas questões a da maternidade também é relevante quando decidem desistir da formação. Verifica-se uma maior tendência ao homem não conseguir conciliar as duas situações do que a mulher de acordo com a figura 3.12.

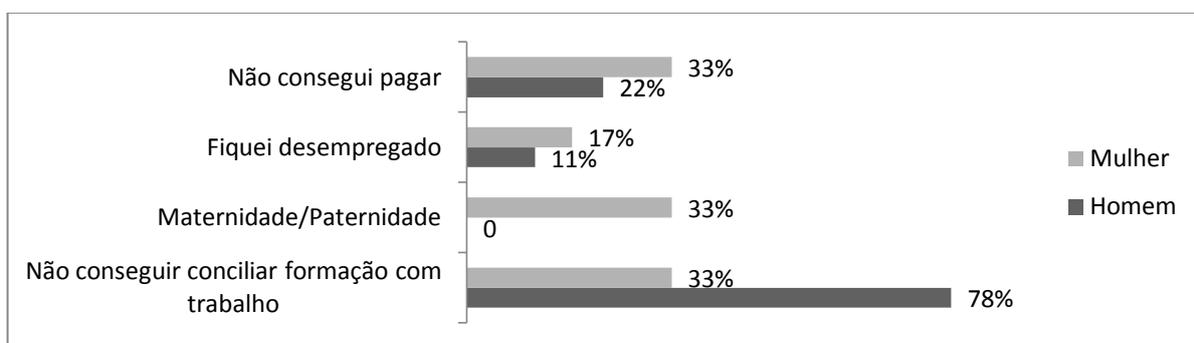


Figura 3. 12 Razões que levaram os adultos imigrantes a não concluírem as formações

O panorama referido na figura 3.13 trata-se das razões de não frequentarem formação. As três razões mais mencionadas foram a falta de tempo, os recursos financeiros e a idade. O estudo revela também que os inquiridos que estão a mais tempo em Portugal têm maior propensão em frequentar formação.



Figura 3. 13 Razões que impedem o adulto imigrante de participar em formações

Formação nas Organizações

Mais de metade dos inquiridos (69%) afirmam que as organizações não promovem acções de formações e atribuem esta constatação ao fato de não existir uma cultura organizacional voltada para esta área, como mostra a figura 3.14. Existe também uma ideia de que para desenvolver sua actividade profissional não é necessário formação. Claramente uma desvalorização da profissão exercida por esta população.

Mas observando as recomendações da UNESCO quando da reflexão dos 4 pilares, saber aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser, como

referido no primeiro capítulo. A formação torna-se essencial em qualquer actividade profissional.

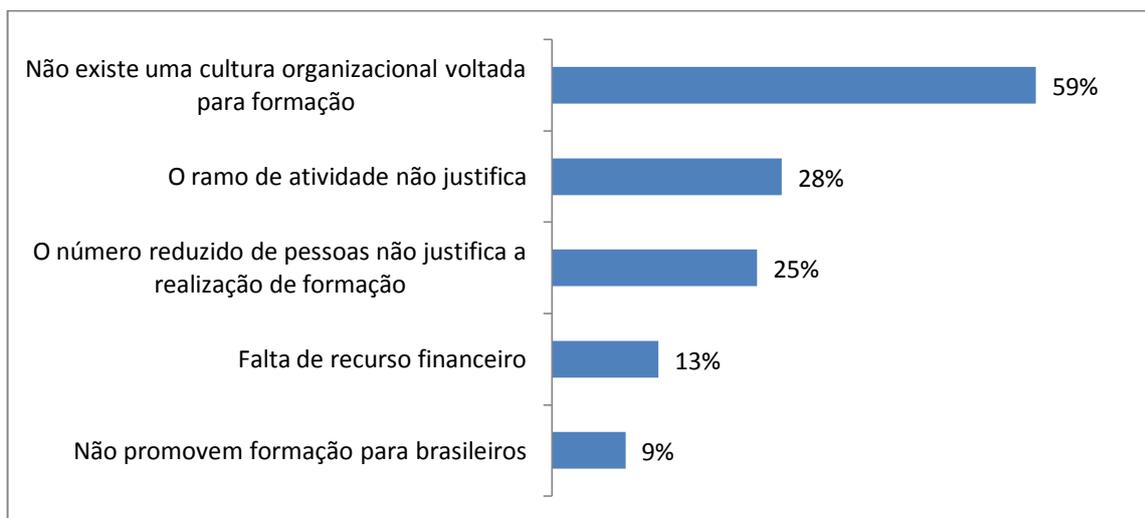


Figura 3. 14 Razões de não haver formações nas organizações

A figura 3.15 centra-se nas respostas ao tipo de formação que recebem na empresa onde desempenham suas funções. Nas empresas onde existe esta prática a maioria das formações desenvolvidas são as técnicas profissionais, exigidos para o exercício das suas atividades profissionais, logo a seguir os inquiridos apontam como sendo outros tipos de formação e são poucas as empresas onde trabalham que promovem formação em línguas como vemos abaixo.

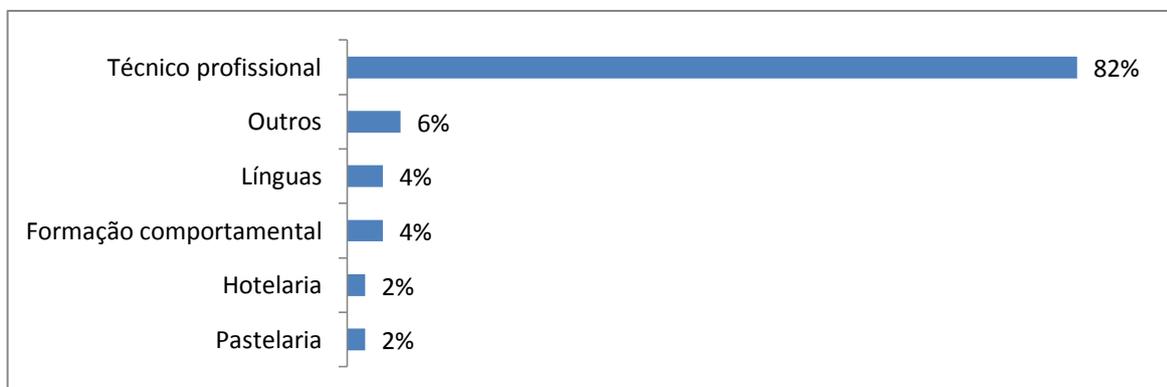


Figura 3. 15 Tipo de formação promovida pela organização

Na figura 3.16, quase todos os inquiridos responderam²³ que os motivos para aprender dentro da organização servem, essencialmente, para melhorar o seu desempenho profissional. Dos que participam das formações promovidas pela organização uma grande parcela consideram-nas úteis.

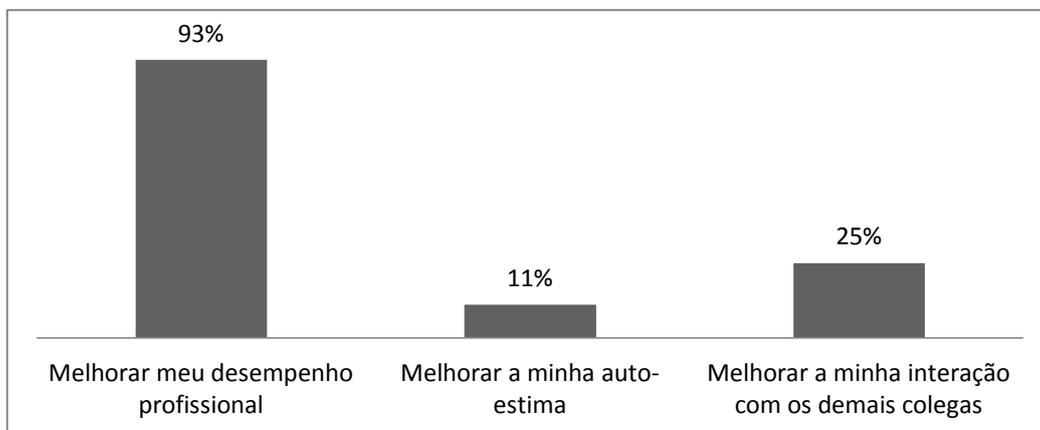


Figura 3. 16 Utilidade das formações nas organizações

As três principais respostas na figura 3.17 mostra a opinião dos três inquiridos que não consideram útil a (s) formação (ões) promovida pela organização. A primeira razão é porque não altera a sua condição perante o trabalho, a segunda dizem que as formações não vão de encontro com as suas expectativas e a terceira consideram uma perda de tempo. Apenas um inquirido considera que aos imigrantes brasileiros não são dadas as mesmas oportunidades profissionais se comparado com os nacionais.

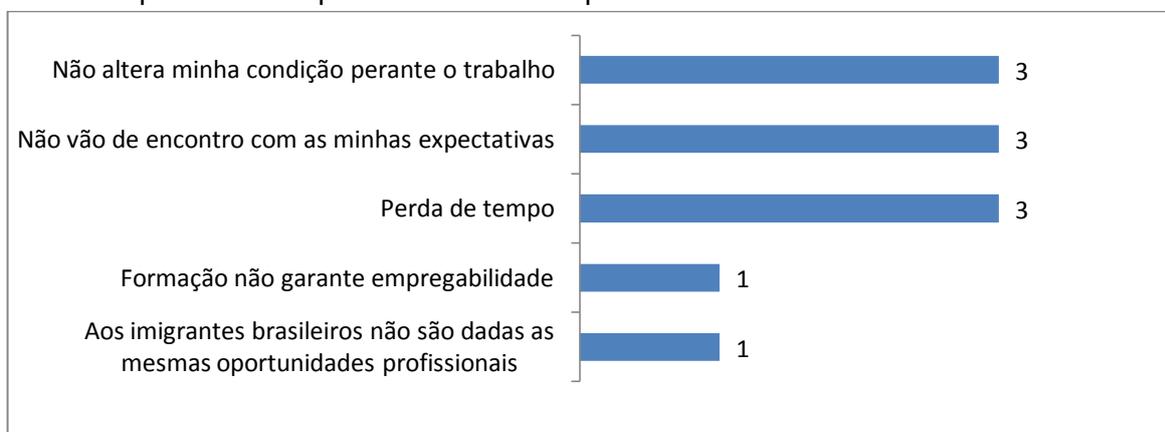


Figura 3. 17 Razões de não utilidade das formações nas organizações

²³ Os inquiridos podiam optar por mais de uma alternativa

Para um pouco mais da metade dos inquiridos é necessário para manter o seu trabalho ou encontrar outro ter mais formação e para isso pretende fazê-lo como mostra a figura 3.18. Na visão de Canário, “ a formação constitui uma vantagem competitiva individual na obtenção de emprego” (1999:93).

Os inquiridos empregados ou desempregados consideram necessário fazer formação para manter ou encontrar outro trabalho, porém os empregados são os que possuem maior intenção de realizar mais formação. O sexo feminino acredita que para manter ou conseguir um outro trabalho é preciso fazer mais formação e tem a intenção de o fazê-lo já os do sexo masculino afirmam que não podem fazer, embora considerem importante.

Um inquérito realizado a cidadãos imigrantes empregados e desempregados em 15 cidades Europeias realizado em 2012, revela que estes nas cidades espanholas e portuguesas são os que tem maior interesse na formação contínua ao contrário de Budapeste, cidades francesas ou belgas. (Huddleston e Tjaden,2012:28).

Os inquiridos mais escolarizados demonstram que para manter ou encontrar trabalho é necessário ter mais formação e mais de metade afirmam que vão fazê-la. De acordo com OCDE, 2013 (dados relativos ao ano 2011) a média de taxa de emprego é maior para quem cursa o ensino superior e “correm menos risco de ficarem desempregadas”(Wilkinson e Pickett 2009:135).

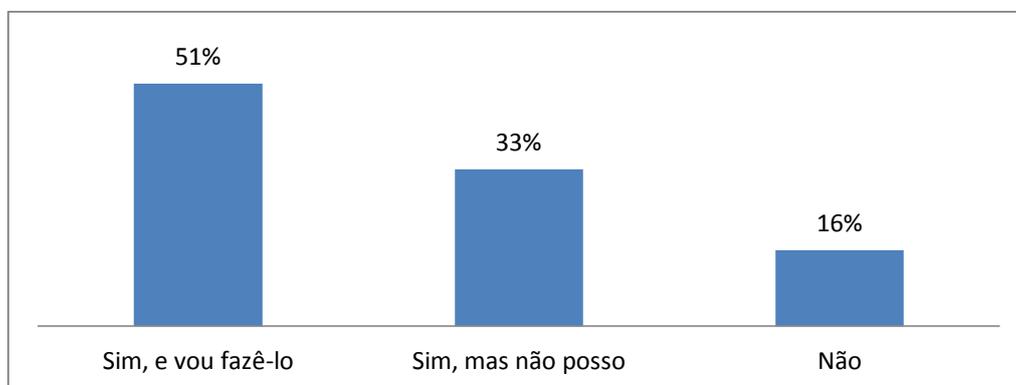


Figura 3. 18 Para manter ou encontrar outro trabalho é preciso mais formação

De modo geral os inquiridos neste momento têm interesse em frequentar formações (72%), mas ainda assim existe uma considerável fatia (28%) que não tem interesse em formações. As respostas as necessidades é a maior prioridade para os imigrantes que segundo Rothes (2002) é de suma importância as políticas de educação darem respostas as necessidades de cada individuo.

As respostas dos tipos de formações que esta população tem interesse são diversificados, embora o destaque seja para línguas (principalmente inglês). São as novas configurações que “obriga” o cidadão a adaptar-se a realidade do país de acolhida. Neste sentido o maior interesse fica por conta do sexo feminino, o sexo masculino tem preferência nas formações de teor educacional.

A segunda opção de maior interesse dos inquiridos é a de educação. As fontes de informação que os inquiridos mais recorrem para saber sobre as formações que tem interesse é a internet, amigos e associações (incluindo casa do Brasil) embora este último tenha pouca expressividade.

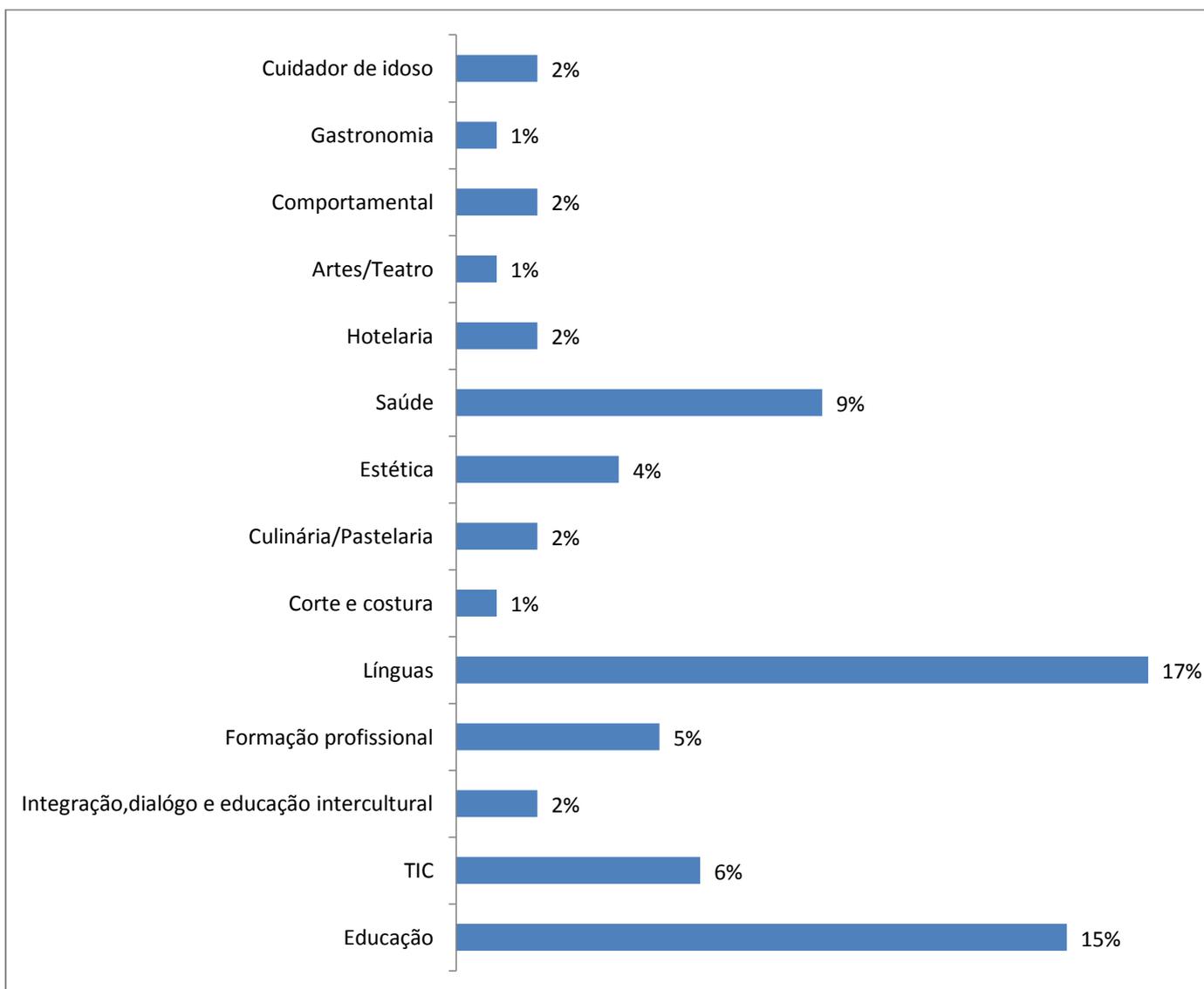


Figura 3. 19 Formação de interesse

As principais razões que levam os inquiridos a terem interesse em formação é de obter reconhecimento profissional, aumentar a sua rede social e profissional e a realização pessoal (figura 3.20).

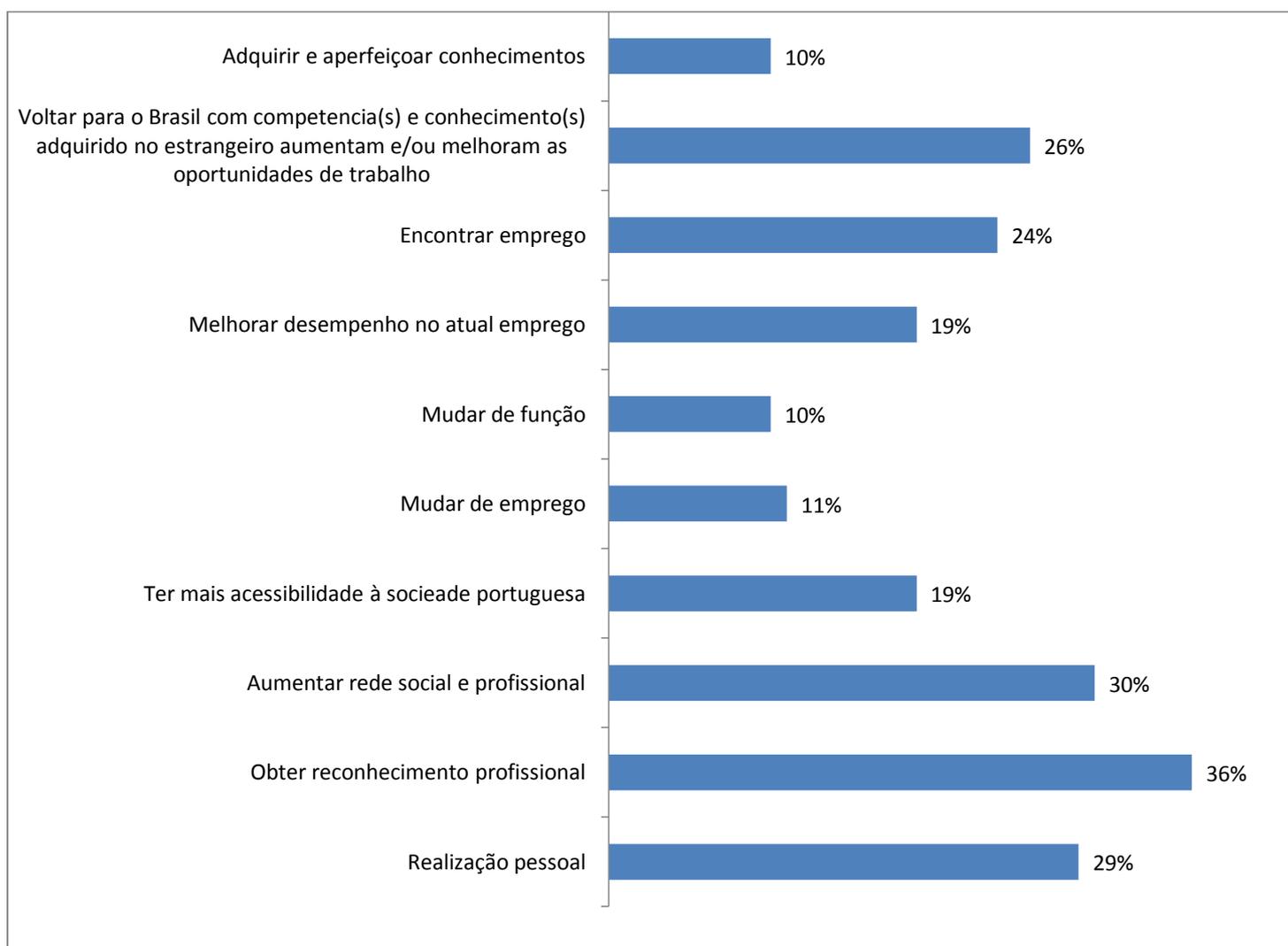


Figura 3. 20 Razão de interesse na(s) formação(ões)

Na opinião dos inquiridos, a importância da formação realizada em Portugal está associada ao aumento de oportunidades de trabalho no seu país de origem além de acreditarem que a formação proporciona o ganho de mais dinheiro. Os estudos da OCDE, (2011) revela isso mesmo, os países menos igualitários são os que proporcionam melhores remunerações para o indivíduo qualificado, quanto mais se estuda melhor é a sua remuneração. Uma pessoa com o nível superior pode esperar ganhar 50% a mais do que uma pessoa com ensino médio ou pós-secundário. (*idem*:138). A falta de tempo e o desinteresse são as principais razões dos inquiridos que não demonstram interesse em formação.

A figura 3.21 revela um panorama diverso da representação que os imigrantes têm da formação e ainda consideram que podem conseguir um emprego e concorrer de igual para igual com os cidadãos portugueses.

As mulheres são as que mais acreditam que voltar para o Brasil com formação realizada em Portugal podem aumentar as oportunidades de trabalho, que melhora o acesso à sociedade portuguesa e que podem concorrer de igual para igual com os cidadãos nacionais. Já os homens acreditam que podem ganhar mais dinheiro caso realize formações.



Figura 3. 21 Vantagens que as formações trazem

CONCLUSÃO

A Educação como paradigma para a construção de uma sociedade mais justa, contempla todo o tipo de aprendizagem, individual ou coletiva, na esfera formal, não formal e informal. Contudo optou-se pelas dimensões da *Educação Formal e Não Formal* referidas no enquadramento da pesquisa.

De maneira geral, sem pretensão de manifestar conclusões generalizáveis, concretizou-se o objetivo principal deste estudo: perceber os tipos de relação que os *Adultos Imigrantes Brasileiros em Portugal* estabelecem com a *Educação e Formação ao Longo da Vida* e o que condiciona esta mesma relação. Sendo assim, verificou-se uma relação positiva dos inquiridos com a Educação ao Longo da Vida.

No entanto as intenções se diferenciam das práticas considerando o grau de qualificação dos inquiridos. Neste sentido, optou-se por explicitar quatro domínios distintos de análise: frequência, local, intenção e condicionantes.

No que se refere a frequência, segundo os dados recolhidos na pesquisa, verificou-se que existe uma relação positiva no que diz respeito ao investimento em formações por parte dos inquiridos, uma vez que a maioria *frequentou (59%)*.

As mulheres foram as que mais investiram em formação; Tal como foi assinalado por Ávila (2008), no contexto português as mulheres são as que mais tiram partido das novas iniciativas de educação e formação de adultos. Eles também são os que estão empregados e os mais escolarizados, além de ser o grupo com menor número de filhos, e na maioria dos casos são solteiras.

As formações mais frequentadas foram no âmbito formal e cursos de línguas; A necessidade de frequentar este último curso poderá estar relacionada com o facto de Portugal ser “a porta para outros países da Europa” (Malheiros, 2007:34). Mas as razões também podem estar relacionadas ao tipo de trabalho que esta comunidade desenvolve, já

que a maioria está no setor dos serviços e o fato também de viver num país multicultural com pessoas vindas de todos os cantos do mundo, esta competência facilita no envolvimento com novas culturas e novas relações.

A maioria dos inquiridos que frequentou formação a classificou como *muito útil*, afirmou *ter usado as competências e conhecimentos adquiridos em algum momento na vida* e, por fim, considerou um *investimento a longo prazo*.

Considerando os que *menos frequentaram formação* estão entre os que têm apenas o ensino básico concluído (1ª a 4ª série) e os que são trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio. Estes evocam a *falta de companhia* como a principal razão para a *não frequência de formação*.

Os indivíduos do sexo masculino estão também entre os que têm menor frequência, uma vez que mais de metade dos homens inquiridos não frequentou qualquer formação, e dos que frequentaram, a maioria foi no local de trabalho

Os inquiridos revelaram que grande parte das organizações não promove ações de formação, consideram que não existe uma cultura organizacional por parte das organizações para estas práticas, sustende-se que os homens acima referidos dificilmente participaram em formações noutros contextos.

As organizações que não promovem formações parecem não estar conscientes dos recursos estratégicos para o seu próprio desenvolvimento numa era onde o saber e o conhecimento estão no seu apogeu. (Moura, 1999). Seria por isso importante, em futuras investigações, avaliar o real envolvimento das empresas com as formações no percurso profissional dos imigrantes de forma articulada. Neste sentido procurar contribuir para que possam ser ultrapassadas eventuais resistências e aumentar as ações de formação no âmbito profissional promovendo uma maior inserção destes indivíduos na sociedade de

acolhimento relacionando a formação comportamental e técnica para melhor integração da aprendizagem (Moura, 1999).

Os inquiridos que tiveram formação na organização onde trabalha, quase todos consideram-nas muito úteis porque melhoram o seu desempenho profissional.

Em todos os níveis de escolaridade os inquiridos manifestam de maneira positiva a intenção de frequentar formação; No âmbito das intenções, a relação dos adultos imigrantes com a formação também é muito positiva, sendo possível verificar que, em todos os níveis de escolaridade as pessoas têm interesse em realizar mais formação, mesmo quando a frequência (prática) foi nula.

Os inquiridos que tencionam realizar formação esperam pela conclusão para obter o reconhecimento profissional. Enxergam a educação como um recurso para alcançar seus objetivos profissionais.

Curiosamente inverte-se a ordem de prioridades na intenção relativamente á prática: enquanto no primeiro caso os cursos de línguas aparecem em primeira preocupação estes cursos ocupam o 2º lugar na lista das ações frequentadas.

Para ambos os sexos, para manter ou encontrar outro trabalho é necessário fazer formação, porém os do sexo feminino tenciona fazê-la, enquanto os do sexo masculino não podem fazer.

Os imigrantes que estão empregados são os que mais tencionam fazer formação para manter ou encontrar outro trabalho. Possivelmente os fatores que podem explicar esta diferença entre os empregados e desempregados é o próprio contexto onde cada um está inserido, o empregado desenvolve suas tarefas e tenciona melhorar, se aperfeiçoar,

demonstrar conhecimento, eficácia, porque espera reconhecimento por parte da organização mesmo que esta não promova formação, acaba por decorrer das suas necessidades e possíveis limitações individuais e profissionais. Provavelmente o cidadão desempregado não tem esta motivação, o foco é a procura do seu meio de subsistência ou seja do trabalho, o que possivelmente a formação não trará imediatamente.

No que concerne as condicionantes o fato da organização não desenvolver ações de formação, (como já referido anteriormente), limita a participação dos inquiridos em outros contextos, principalmente os homens que na sua maioria só frequentaram formações nos locais de trabalho onde isso eventualmente acontece;

Os indivíduos que vivem a mais tempo em Portugal têm maior propensão em frequentar formação; portanto, o fato de permanecerem relativamente pouco tempo a viver em Portugal, também pode ser uma condicionante.

A falta de tempo de acordo com os inquiridos é uma limitação na sua participação em formações;

A escolaridade, pois quem tem maior nível acadêmico continua a estudar e ao contrário também se verifica, quem tem baixo nível escolar dificilmente participará em formações. A sociedade moderna engloba vários fenómenos inter-relacionados que provocam alterações no quotidiano e que exigem novas formas de aprendizagens, por isso importa um programa de sensibilização persistente e permanente para a captação desta população.

E por fim este estudo deixa em aberto se o fato de ser imigrante, pode limitar as oportunidades educacionais, para além das condicionantes acima referido não se verificou neste estudo, especificamente que haja qualquer limitação.

É preciso que o adulto perceba a importância de reinvenção dos saberes que se desenvolvem numa “multiplicidade de situações e contextos de vida” (Pires, 2005:111), que conforme a UNESCO “é fundamental para a consecução dos objectivos globais de maior igualdade além de ser uma condição para fortalecer o crescimento económico” (18:2010). Num mundo cada vez mais competitivo o investimento na educação e na formação de adultos deve ser considerada uma necessidade crucial, seja no âmbito profissional, individual, social, etc. Embora a relação dos imigrantes inquiridos seja positiva, ainda há um longo caminho a percorrer, para uma participação ainda maior e mais consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adami, Maraiza (2012) “Violência contra LGBTs no Brasil (2001-2010) em Adorno, Sérgio (2012), 5º *Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil*. Núcleo de Estudos da Violência da USP. São Paulo. pp.300-308.
- Ataíde, João e Torres, Maria José (orgs.) (2009), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- Ataíde, João e Dias, Pedro (orgs.) (2010), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- Ataíde, João e Dias, Pedro (orgs.) (2011), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- Ávila, Patrícia (2008), *A Literacia dos Adultos: Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*, Celta editora, Lisboa.
- Barros, Rosanna (2011), *Genealogia dos conceitos em Educação de Adultos: Da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida – um estudo sobre os fundamentos políticos-pedagógicos da prática educacional*, Chiado editora.
- Boutinet, Jean-Pierre (1999), “Vida adulta em formação permanente: da noção ao conceito” em Casper, Pierre, Carré, Philippe, *Tratado das Ciências e das Técnicas da formação*, Instituto Piaget, horizontes pedagógicos. pp.185-206.
- Canário, Rui (1999), *Educação de Adultos: Um campo e uma problemática*, Lisboa, Educa.
- Cavaco, Carmem (2009), *Adultos pouco escolarizados: Políticas e Práticas de Formação*, Lisboa, Educa.
- Castro, Fátima Velez de (2008), *A Europa do outro – a Imigração em Portugal no início do século XXI, Estudo de caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*. ACIDI.
- Censo da educação básica: (2012) – resumo técnico – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.
- COMISSÃO EUROPEIA (2000), *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA (2005), *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité económico e social Europeu e ao Comité das regiões: agenda Comum para a Integração – Enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia*.

- Costa, António Firmino da (2008), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, 2ª edição, Celta editora Lisboa. Pp.1-16; 226-245.
- Delors, Jacques (1996), *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Cortez editora.
- Delors, Jacques (2010), *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XX*. pp. 5-23 e 32.
- Durkheim, Émile (2011), *Educação e Sociologia*, Edições 70, Lda., Coimbra.
- Finger, Mathias (2005), “A educação de Adultos e o Futuro da Sociedade” em Canário, Rui, e Cabrito, Belmiro, *Educação e Formação de Adultos: mutações e convergências*, Educa.Lisboa. pp. 15-30.
- Góis, Pedro, Marques, José Carlos (2013), “Imigrantes Brasileiros em Portugal: Alguns dados de enquadramento” em Vieira, Ricardo, Margarido, Cristóvão, Marques, José *Partir, Chegar, Voltar... Reconfigurações Identitárias de Brasileiros em Portugal*. Edições Afrontamento Lda.
- Huddleston, Thomas, Niessen, Jan, Chaoimh, Eadaoin Ni e White, Emilie (2011), *Migrant Integration Policy Index*, British Council e Migration Policy Group.
- Huddleston, Thomas, Tjaden, Jaspén Dag, Callier, Louise (2012), *Inquérito a Cidadãos Imigrantes: A experiência de integração dos imigrantes em 15 cidades*, Conceção Gráfica Tilt Factory.
- Leitão, José Alberto (2002), “Trabalho, qualificações e novas competências” em Trigo, Maria Márcia, Silva, Isabel Melo e, Leitão, José Alberto, *Educação e Formação de Adultos: Factor de Desenvolvimento Inovação e Competitividade*, ANEFA, Ad.Litteram. pp. 72-76.
- Lima, Licínio (2005), “A educação de Adultos em Portugal (1974-2004): entre lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos” em Rui canário, e Belmiro Cabrito (orgs), *Educação e Formação de adultos: mutações e convergências*, Lisboa, Educa, pp.31-60.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Edição Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI,I.P.). pp. 11-37.
- Martins, Guilherme d' Oliveira (2000), *A educação como espelho: o futuro da educação em Portugal tendências e oportunidades: um estudo de reflexão prospetiva*, pp. 13-24 Lisboa.

- Moura, Rui (org.), Moura, Karla, (1999), *Evolução das Políticas de Formação nas Empresas*, Edição Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFP)
- Nóvoa, António, Matthias Finger (orgs.) (1988), *O Método (Auto) biográfico e a Formação*, Lisboa, Ministério da Saúde.
- Nóvoa, António, e Rodrigues, Cristina (2005), “A eterna procura do trabalho na escola: O ensino profissional” em Canário, Rui, e Cabrito, Belmiro, *Educação e formação de Adultos: mutações e convergências*, Educa, Lisboa. pp. 7-14.
- OCDE (2011), *Education at a Glance*
- OCDE (2012), *Settling In: Indicators of Immigrant Integration*.
- Padilla (2007), “A Imigrante Brasileira em Portugal: considerando o género na análise” em Malheiros, Jorge M., *Imigração Brasileira em Portugal*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI,I.P.) pp.113-134
- Pain, Abraham (1990), *Education informelle les effets formateurs dans le quotidien*, Éditions L’Harmattan.
- Palazzeschi, Yves (1999), “História da formação pós-escolar” em Casper, Pierre, Philippe Carré, *Tratado das Ciências e das Técnicas de Formação*, Instituto Piaget, horizontes pedagógicos, pp. 31-53.
- Patrício, António Carlos (org.) (2012), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- Peixoto, João (2003), “Imigrantes Brasileiros e Mercado de trabalho em Portugal” em Malheiros, Jorge Macaísta (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Edição Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI,I.P.). pp.87-111.
- Pierro, Maria Clara Di (2003), *Seis Anos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: os Compromissos e a Realidade*, São Paulo, Ação educativa.
- Pires, Ana L. de Oliveira (2005), *Educação e Formação ao Longo da Vida: Análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagem e de competências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciências e a Tecnologia. Portugal, Constituição da República Portuguesa, Quid Juris sociedade editora Lda. 16ª edição. pp 21-104.

- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Edições Celta Editora. pp. 57-60.
- Quintas, Helena Luísa Martins (2008), *Educação de Adultos: vida no currículo e currículo na vida*, Agência Nacional para a qualificação, I.P., 1ª ed. Lisboa.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trajectos, Gravida – Publicações, S.A. 5ª edição.
- Rothes, Luís Areal (2002), “Uma reflexão breve sobre o campo da educação e formação de adultos” em J.Leitão, e M.Trigo (orgs.), *Educação e Formação de Adultos: Factor de Desenvolvimento Inovação e Competitividade*, ANEFA, Ad.Litteram. pp. 13-22.
- SEF (2002), Ministério da Administração Interna Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Núcleo de Planeamento, *Relatório Estatístico*.
- SEF (2003), Ministério da Administração Interna Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Núcleo de Planeamento, The World, *Relatório Estatístico*, .
- SEF (2004), Ministério da Administração Interna Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Núcleo de Planeamento, *Relatório Estatístico*.
- SEF (2005), Ministério da Administração Interna Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Núcleo de Planeamento, *Relatório Estatístico*.
- SEF (2006), União Europeia Portugal, Passaporte, *Relatório de Actividades: Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- SEF (2007), *Relatório de Actividades: Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- SEF (2008), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- SEF (2009), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- Silvestre, Carlos Alberto S. (2003), *Educação Formação de Adultos – como dimensão dinamizadora do sistema educativo formativo*, Edições Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget.
- UNESCO (1997), *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos*. Hamburgo: Instituto de Educação da Unesco.
- UNESCO (2010), *Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos*, Brasília. Título original: Global Report on Adult and Learning Education. Hamburgo: UIL, 2009. VI Conferência Internacional.

Wilkinson Richard, Pickett, Kate (2010), *O Espírito da igualdade: porque razão sociedades mais igualitárias funcionam quase sempre melhor*, editorial presença.pp.135-151.

OUTRAS FONTES

Convenções sobre Igualdades de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, publicada no Diário oficial de 12 de Abril de 1972. Decreto Nº 70.391.

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

ICAE - International Council for Adult Education / <http://www.icae2.org/index.php/en/>

<http://www.iefp.pt/iefp/Paginas/Home.aspx>

<http://www.ggb.org.br/ggb.html>

ANEXOS

Anexo A Quadro socioprofissional individual de classes

| Construção do indicador socioprofissional individual de classe | | | |
|--|-----------------------------------|---|---|
| Profissões (grandes grupos/CNP 94) | Situação na profissão | | |
| | Patrões* | Trabalhadores por conta própria (+ trab.fam.) | Trabalhadores por conta de outrem (+M.a.c. +Out.) |
| | Número de respostas (percentagem) | | |
| 1 Quadros sup. da adm.pública, dirigentes e quadros sup. | | EDL | EDL |
| 2 Especialistas das profissões intelectuais e científicas | | EDL | 2 (2,8%) PTE |
| 3 Técnicos e profissionais de nível intermédio | 1 (50%) | 1 (25,0%) EDL | 4 (5,6%) PTE |
| 4 Pessoal administrativo e similares | | TI | 3 (4,2%) EE |
| 5 Pessoal dos serviços e vendedores | 1 (50%) | 2 (50,0%) TI | 26 (35,5%) EE |
| 6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas | | AI | AA |
| 7 Operários, artífices e trabalhadores similares | | TI | O |
| 8 Operadores de instalações e máquinas e trabalho de montagem | | TI | O |
| 9.1 Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio | | 1 (25%) TI | 32 (43,5%) EE |
| 9.2 Trabalhadores não qualificados da agricultura e pesca | | AI | AA |
| 9.3 Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes | | TI | 5 (6,8%) O |
| EDL* - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais | | | |
| PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento | | | |
| TI - Trabalhadores Independentes | | | |
| AI - Agricultores Independentes | | | |
| EE - Empregados Executantes | | | |
| OO - Operários | | | |
| AA - Assalariados Agrícolas | | | |
| Fonte (Costa, 1999:230) | | | |

Anexo B - Guião de entrevista exploratória a Coordenadora do Gabinete Inserção Profissional (GIP) Casa do Brasil

Os imigrantes são receptivos as formações?

Qual a idade média dos adultos que procuram por formações na casa do brasil?

Qual o tipo de formação que o imigrantes procuram mais?

Quais os tipos de formação que você acha mais pertinente a serem desenvolvidas na casa do brasil?

Qual a fonte mais eficaz para a divulgação das ações de formação para os imigrantes?

Quais os meios de divulgação que utilizam?

Quais os benefícios que as formações podem trazer para os imigrantes?

Para que as formações se realizem, existe algum órgão ou parceiro que pode contribuir com as ações? (em relação a recursos, formadores, material didático?

Quais são os maiores desafios que podemos encontrar para implementar o projeto de formação para adultos imigrantes na Casa do Brasil?

Estas formações claramente tem custos, os formandos recebem bem o fato de terem que pagar pelo curso?

Na sua maioria, qual o nível de escolaridade dos imigrantes que procuram pela Casa do Brasil?

Quem procura mais pelas formações Homens ou Mulheres?

Se distingue o tipo de formação que cada gênero procura?

Qual seria o melhor horário para a realização das formações?

O público que procura por formações na Casa do Brasil, normalmente encontra-se em que situação no mercado de trabalho? ()empregado ()desempregado ()trabalhos temporários () trabalhos esporádicos outro? Qual?

Os imigrantes que procuram por formações na Casa do Brasil, normalmente estão em dia com sua documentação?

Anexo C Inquérito por questionário aplicado aos imigrantes brasileiros

Educação e Formação de Adultos Imigrantes Brasileiros em Portugal

2012/2013

No contexto do curso de mestrado em Educação e Sociedade no ISCTE-IUL que estamos a realizar, pretendemos compreender a relação dos imigrantes brasileiros com a formação em Portugal, nomeadamente as suas motivações e perspetivas, bem como a utilidade da formação em si.

Solicitamos que responda às questões da maneira mais fidedigna possível, tendo em atenção que não há respostas certas ou erradas.

Existem algumas questões com mais de uma alternativa, responda as que mais lhe for conveniente.

As respostas são anónimas e confidenciais.

Desde já agradecemos a vossa participação, sem ela este trabalho não poderia se concretizar.

Fase I – Educação e Formação

1. Nos últimos cinco anos, entre 2008 e 2012, **frequentou** alguma formação?

| 1.1. Sim () | 1.2. Sim, mas não conclui () | 1.3. Não () |
|--|--|--|
| <p>2. Qual(is) foi(ram) o(s) tipo(s) de formação(ões) que frequentou? _____</p> <p>3. O que esta(s) formação(ões) representou(ram) para você?</p> <p>3.1. () Realização pessoal</p> <p>3.2. () Reconhecimento Profissional</p> <p>3.3. () Aumento da rede social e profissional</p> <p>3.4. () Mais acessibilidade à sociedade portuguesa</p> <p>3.5. () Aumento das perspetivas para o futuro</p> <p>3.6. () Trabalho/emprego na área de formação</p> <p>3.7. Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> <p>4. Como classifica a utilidade da(s) formação(ões) que frequentou?</p> <p>4.1. Muito útil () 4.2. Útil ()</p> <p>4.3. Pouco útil () 4.4. Nada útil ()</p> <p>5. Com que frequência usou a(s) competência(s) ou conhecimento(s) adquirido(s) na(s) formação(ões) em sua(s) atividade(s)?</p> <p>5.1. Muitas vezes () 5.2. Algumas vezes ()</p> <p>5.3. Poucas vezes () 5.4. Nunca ()</p> | <p>6. Por que não concluiu a formação?</p> <p>6.1. () Não consegui conciliar formação com trabalho</p> <p>6.2. () Motivo de doença</p> <p>6.3. () Maternidade/paternidade</p> <p>6.4. () Mudança de residência</p> <p>6.5. () Não me identifiquei com a formação</p> <p>6.6. () Fiquei desempregado(a)</p> <p>6.7. () Falta de tempo</p> <p>6.8. Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> | <p>7. Qual(is) as razão(ões) que o(a) impediu(ram) de participar em formação(ões) no referido período (2008-2012)?</p> <p>7.1. () Falta de tempo</p> <p>7.2. () Falta de recurso financeiro</p> <p>7.3. () Mudança de residência</p> <p>7.4. () Falta de interesse</p> <p>7.5. () Falta de companhia</p> <p>7.6. Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> |

8. Escolaridade concluída? _____

9. Para manter o seu trabalho ou encontrar outro considera ser necessário ter mais formação?

9.1. () Sim, mas não posso fazer

9.2. () Sim e vou fazê-lo

9.3. () Não

10. Neste momento tem interesse em frequentar alguma(s) formação(ões)?

| 10.1. Sim () | 10.2. Não () |
|--|--|
| <p>11. O que prioriza na(s) formação(ões) que procura?</p> <p>11.1. () Gratuidade</p> <p>11.2. () Ajuda de custos/bolsas</p> <p>11.3. () Qualidade de ensino</p> <p>11.4. () Resposta as minhas necessidades</p> <p>11.5. Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> <p>12. Em que tipo de formação(ões) tem maior interesse? _____</p> <p>13. Por meio de que fica a saber da(s) formação(ões) que tem interesse? _____</p> <p>14. Por que tem interesse nesta(s) formação(ões)?</p> <p>14.1. () Aumentar minha auto-estima</p> <p>14.2. () Obter reconhecimento Profissional</p> <p>14.3. () Aumentar rede social e profissional</p> <p>14.4. () Ter mais acessibilidade à sociedade portuguesa</p> <p>14.5. () Mudar de emprego</p> <p>14.6. () Mudar de função</p> <p>14.7. () Melhorar desempenho no atual emprego</p> <p>14.8. () Encontrar emprego</p> <p>14.9. () Voltar para o Brasil com competência(s) e conhecimento(s) adquirido(s) no estrangeiro aumentam e/ou melhoram as oportunidades de trabalho</p> <p>14.10. () Adquirir e aperfeiçoar conhecimentos</p> <p>14.11. Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> | <p>15. Por que não tem interesse em frequentar formação(ões) neste momento?</p> <p>15.1. () Não tenho idade para aprender</p> <p>15.2. () Não tenho tempo</p> <p>15.3. () Não gosto de estudar</p> <p>15.4. () Não tenho companhia</p> <p>15.5. () Não tenho dinheiro</p> <p>15.6. () Estou a retornar para o Brasil</p> <p>Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> |

20. Qual é a principal atividade económica da organização onde exerce ou exerceu sua profissão? _____

21. Quantas horas trabalha ou trabalhava por semana? _____ horas.

22. Exerce mais de uma atividade profissional remunerada?

22.1. () Sim

22.2. () Não

23. Qual é a sua profissão? _____

24. A organização onde trabalha ou trabalhou promove formação?

| 24.1. Sim () | 24.2. Não () |
|---|---|
| <p>25. Qual o tipo de formação que é promovida pela organização?</p> <p>25.1() Técnica profissional</p> <p>25.2() Línguas</p> <p>25.3() Formação comportamental</p> <p>25.4() Outra(s)? qual(is) _____</p> <p>26. Na sua opinião a formação promovida pela organização serve para quê?</p> <p>26.1.() Melhorar meu desempenho profissional</p> <p>26.2.() Melhorar a minha auto-estima</p> <p>26.3.() Melhorar minha interação com os demais colegas</p> <p>26.4. Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> | <p>27. Na sua opinião por que motivo(s) a empresa não promove formação(ões)?</p> <p>27.1. () Falta de recursos financeiro</p> <p>27.2. () O ramo de atividade não justifica</p> <p>27.3. () O número reduzido de pessoas não justifica a realização de formação(ões)</p> <p>27.4. () Não existe uma cultura organizacional voltada para formação(ões)</p> <p>27.5. Outra(s) razão(ões); qual(is): _____</p> <p>Passar para questão nº 31</p> |

Fase III – Caracterização do Adulto

31. Sexo:

31.1. () Masculino

31.2. () Feminino

32. Idade: _____

33. Há quanto tempo reside em Portugal? (___mês(es)) (___ano(s) ___mês(es))

34. Estado Civil: _____

35. Quantos filhos tem? _____

36. Vive com quem em Portugal _____

37. Em que cidade do Brasil vivia antes de vir para Portugal? _____

38. Em que região de Portugal vive? _____

39. Por que razão veio para Portugal?

39.1. () Trabalhar

39.2. () Estudar

39.3. () Reencontrar familiares

39.4. () Ganhar dinheiro

39.5. Outra(s) razões; qual(is)? _____

40. Conhece o estatuto de igualdade de direitos?

40.1. () Sim, eu conheço

40.2. () Sim, Já ouvi falar

40.3. () Não (Passe para questão nº 43)

41. Possui o estatuto de igualdade de direitos?

| 41.1. Sim () | 41.2. Não () |
|---------------|--|
| | 42.O que o impede de ter o estatuto de igualdade de direitos? 42.1.() Burocracia 42.2.() Falta de conhecimento de como fazer o documento 42.3.() Não tenho interesse 42.4.() Desconheço suas vantagens/benefícios 42.5. Outra(s) razão(ões) qual(is)? _____ |

43. Qual a sua situação perante a Lei:

43.1.() Legalizado

43.2.() Em processo de legalização

43.3. Outra situação; qual? _____

44. Pretende retornar ao Brasil?

| 44.1. Sim () | 44.2. Não () |
|--|---|
| <p>45. Quais os motivos que o(a) levariam ou levam a regressar ao Brasil?</p> <p>45.1. () Desemprego 45.2. () Fim dos estudos em Portugal 45.3. () Motivos familiares 45.4. () Perspetiva de trabalho no Brasil 45.5. () Estabilidade financeira 45.6. () Crise económica 45.7. Outra(s) razão(ões); qual(is): _____ _____</p> | <p>46. Quais os motivos que o(a) levam a permanecer em Portugal?</p> <p>46.1. () Estabilidade financeira 46.2. () Qualidade de vida 46.3. () Família 46.4. () Constituição de Família em Portugal 46.5. () Estudos 46.6. () Segurança 46.7. () Adaptação/integração 46.8. Outra(s) razão(ões); qual(is)? _____</p> |

MODELO EUROPEU DE CURRICULUM VITAE



INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome: **Vagner Gonçalves da Silva**
Nacionalidade: Brasileira
Idade: 03/12/1979
Morada: Travessa da Horta, nº 27, 4º Direito – Lisboa.
Telefone: **964 879 964**
Correio Eletrónico: vagnercomw@yahoo.com.br

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Formações Ministradas

Data: 2012 (25 Horas)
Nome e endereço do empregador: ½ de palavras
Função ou cargo ocupado: Formador – Liderança, Motivação, Trabalho em equipa.

Data: 2012 (5 horas)
Nome e endereço do empregador: Escola Profissional Agostinho Roseta
Função ou cargo ocupado: Formador: Técnicas de Procura de Emprego

Data: 2011/2012 (305 Horas)
Nome e endereço do empregador: G.I.P. – Casa do Brasil de Lisboa
Função ou cargo ocupado: Formador – Elaboração de currículo e Técnicas de vendas, Atendimento ao público, Trabalho em equipa, Técnicas de procura de emprego, Jogos e simulações.
Entrevista RTP: <http://www.youtube.com/watch?v=qwDnNR-Q5SE>

Data: De Abril/2011 a Outubro/2011
Nome e endereço do empregador: My Jobs Recursos Humanos, Lda – Rua António Augusto Aguiar, nº 108 2º Dto Lisboa
Tipo de empresa ou setor: Prestação de Serviço
Função ou cargo ocupado: Técnico de Recrutamento e Seleção
Principais atividades ou responsabilidades: Colocação de anúncios, triagem de currículos, entrevista por competência.

Data: De Maio/2009 a atualidade
Nome e endereço do empregador: Grandvision Portugal Unipessoal Lda – Sede Rua do Carmo, nº 102 Lisboa
Tipo de empresa ou setor: Prestação de Serviço
Função ou cargo ocupado: Comercial
Principais atividades ou responsabilidades: Atendimento ao cliente, operação de caixa, controle de estoque e reposição, inventário, entre outras atividades.

Data: De Julho/2006 a Junho/2008
Nome e endereço do empregador: NBP Produções Lda
Tipo de empresa ou setor: Audio-Visuais – prestação de serviços
Função ou cargo ocupado: Assistente de produção e recrutamento e seleção
Principais atividades ou responsabilidades: Triagem de currículo, entrevistas, leitura dos guiões, recepção e gestão dos processos de castings e figuração, arquivos e toda rotina administrativa.

**FORMAÇÃO ACADÉMICA E
PROFISSIONAL**

Órgão de Ensino: I.S.C.T.E – Instituto Universitário de Lisboa
Data: Frequência do ano letivo de 2011/2013
Curso: Mestrado Educação e Sociedade

Órgão de Ensino: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Curso: Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos – na perspectiva da Gestão com as Pessoas

Data: Conclusão do ano letivo de 2010
Órgão de Ensino: NHK – Quality & Wisdom
Curso: CAP – Certificação de Aptidão Pedagógico de Formador – Reconhecido IEFP

Data: Conclusão do ano letivo de 2004
Órgão de Ensino: Uninove – Universidade Nove de Julho
Curso: Administração em Recursos Humanos

**FORMAÇÕES, PALESTRAS
EXTRA CURRICULARES**

Data: Outubro / 2011
Local: Assembleia da República
Tema: Situação da População mundial 2011 – Pessoas e Oportunidades num mundo de 7 Bilhões

Data: Outubro / 2011
Local: ISCTE IUL
Tema: Conferência Internacional “Sucesso Escolar: da compreensão ao fenómeno às estratégias para o alcançar”

Data: Outubro / 2012
Local: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Tema: Seminário Internacional “ Imigração e mercado de trabalho: tópico incontornável da questão social contemporânea”

“Flexibilização do mercado de trabalho e precariedade” Dra. Ilona Kovács – Sócios/ISEG

“Trabalhadores imigrantes no serviço doméstico, limpeza e construção: mudanças no início do século XXI em Portugal” Dra. Sónia Pereira – CEG/IGOT/UL

“Trabalho precário, super exploração e pobreza” Dra. Ana Elizabete Mota – UFPE/CAPES

Data: Dezembro/2011
Local: CNAI – Centro Nacionais de Apoio ao Imigrante
Tema: “Auto Emprego e Qualificação”

Data: Novembro/2012
Local: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Tema: Mesa Redonda “Políticas de educação e formação de adultos em Portugal”

Data: Dezembro/2012
Local: Fundação Calouste Gulbenkian
Tema: Jornadas do Observatório da Imigração

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
PESSOAIS**

PRIMEIRA LÍNGUA: **PORTUGUÊS**

OUTRAS LÍNGUAS:
INGLÊS

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
TÉCNICAS**

Microsoft Word, Excel, PowerPoint, internet

CARTA(S) DE CONDUÇÃO: B.